

CADERNO TEMÁTICO FORMATIVO

SALA INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA SURDEZ

THEMATIC TRAINING BOOKLET

The inclusive classroom: contributions to teacher training in the
context of deafblindness



PATRÍCIA LUCENA DE LAVOR
MARIA LÚCIA TINOCO PACHECO



CADERNO TEMÁTICO FORMATIVO

**SALA INCLUSIVA:
CONTRIBUIÇÕES PARA
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO
CONTEXTO DA SURDEZ**

THEMATIC TRAINING BOOKLET

**THE INCLUSIVE
CLASSROOM:
CONTRIBUTIONS TO
TEACHER TRAINING IN THE
CONTEXT OF
DEAFBLINDNESS**

FICHA CATALOGRÁFICA

Autoras:

Patrícia Lucena de Lavor
Maria Lúcia Tinoco Pacheco

Projeto Gráfico:

Iarima Naama Ferreira Lopes
Patrícia Lucena de Lavor

Vetores:

<https://br.freepik.com/canvas>
[https://play.google.com/store/apps/details?
id=vsin.tl6_funny_photo&hl=pt_BR&gl=BR](https://play.google.com/store/apps/details?id=vsin.tl6_funny_photo&hl=pt_BR&gl=BR)

Biblioteca do IFAM – Campus Manaus Centro

L414c Lavor, Patrícia Lucena de.

Caderno temático formativo – Sala inclusiva: contribuições para formação de professores no contexto da surdez = Thematic training booklet - The inclusive classroom: contributions to teacher training in the contexto of deafblindness / Patrícia Lucena de Lavor, Maria Lucia Tinoco Pacheco. – Manaus, 2022.
120 p. : il. color.

Produto Educacional proveniente da Dissertação - Sala inclusiva: uma proposta didática para professores de alunos surdos e ouvintes. (Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico). – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus Manaus Centro*, 2022.
ISBN 978-65-88247-63-1

1. Ensino tecnológico. 2. Formação de professores. 3. Sala inclusiva. I. Pacheco, Maria Lucia Tinoco. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 371.33

FICHA TÉCNICA

Nível de ensino a que se destina o produto: Formação Continuada em Educação Inclusiva/Educação Especial.

Área de conhecimento: Ensino.

Público-alvo: Professores do Ensino Básico e Superior.

Categoria deste produto: Curso de Formação Profissional.

Objetivo do produto: Auxiliar professores que atuam em sala inclusiva, com aluno surdo.

Organização do produto: O produto educacional é composto por quatro unidades temáticas, que devem ser trabalhadas em sequência.

Registro de produto: Biblioteca Paulo Sarmento do IFAM, Campus Manaus Centro.

Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido o uso comercial por terceiros

Divulgação: Por meio Digital.

URL: <http://ppget.ifam.edu.br/dissertacoes-defendidas/>

Idioma: Português

Manaus, Amazonas
Brasil, 2022

RESUMO

O presente caderno temático é uma proposta de formação de professores na área da educação especial na perspectiva inclusiva, tem por objetivo auxiliar professores que atuam em sala inclusiva, com aluno surdo. O produto educacional está organizado em quatro unidades, a saber: I unidade temática, que apresenta alguns fatos históricos da educação dos surdos, relatos de experiência e estudos teóricos; II unidade temática, que traz as legislações importantes que subsidiam a formação de professores, adaptações curriculares e acessibilidade; III unidade temática, a qual discorre sobre as barreiras em sala inclusiva e estratégias da comunicação visual e pedagógica; e IV unidade temática, que socializa as diversas estratégias e possibilidades de organização de sala de aula. As unidades são compostas por tarjas de orientação e seções como "Diálogo", "Mãos na massa" e "Avaliação", organizadas dentro dos momentos, para auxiliar o formador. O produto educacional tem cunho qualitativo, com referencial teórico em Gaudiot (2010), Fransolin (2016), Quadros (2004), Martins (2012), Brasil (2002), Brasil (1996), entre outros. Pelo exposto, compreendemos que o estudo do material tem sua relevância didática para a formação de professores, uma vez que socializa orientações que permitem ao professor pensar a organização do espaço escolar em uma perspectiva inclusiva. Esperamos, portanto, que as contribuições deste caderno cheguem aos cursos de formação de professores, capacitando-os para o processo de inclusão em sala de aula.

Palavras chaves: Formação de Professores. Sala inclusiva. Aluno surdo. Ergonomia.

ABSTRACT

This thematic booklet is a proposal for teacher training in the area of special education in the inclusive perspective, it aims to help teachers who work in an inclusive classroom, with deaf students. The educational product is organized into four units, namely: I thematic unit, which presents some historical facts about the education of the deaf, experience reports and theoretical studies; II thematic unit, which brings the important legislation that subsidizes teacher training, curricular adaptations and accessibility; III thematic unit, which discusses barriers in an inclusive classroom and visual and pedagogical communication strategies; and IV thematic unit, which socializes the different strategies and possibilities of classroom organization. The units are composed of guidance strips and sections such as "Dialogue", "Hands on" and "Assessment", organized within moments to assist the trainer. The educational product has a qualitative nature, with theoretical references in Gaudiot (2010), Fransolin (2016), Quadros (2004), Martins (2012), Brazil (2002), Brazil (1996), among others. From the above, we understand that the study of the material has its didactic relevance for the training of teachers, since it socializes guidelines that allow the teacher to think about the organization of the school space in an inclusive perspective. We hope, therefore, that the contributions of this booklet reach teacher training courses, enabling them to be included in the classroom.

Keywords: Teacher training. Inclusive room. deaf student. Ergonomics.

SUMÁRIO

I Unidade -

O ensino de surdos: ontem
e hoje

17 - 41

II Unidade -

Formação de professores
para Educação Especial:
adaptações curriculares e
acessibilidade pedagógica

42 - 72

III Unidade -

Didática Visual e Campo
Visuoespacial

73 - 96

IV Unidade -

Ergonomia e Educação
Inclusiva

97 - 120



**"A surdez é uma deficiência que não é vista,
mas é com os olhos que os surdos podem
ouvir".**

Laura Bezerra Martins

Denise Maria Simões Freire Gaudiot

O ensino de surdos é parte da trajetória de lutas da comunidade surda e representa para esse público uma conquista importante para o processo de autonomia social e construção de cidadania. A inclusão sua na sala de aula regular, no entanto, ainda é marcada por certa tensão, exigindo tanto do sistema escolar de ensino quanto dos atores escolares uma compreensão da sua singular condição linguística.

Enquanto tradutora/intérprete de Língua de Sinais (TILS) e professora de Libras, e, portanto, estando imersa no contexto de sala de aula, observei tanto no campo da tradução/interpretação quanto na perspectiva da docência, que o aluno surdo, mesmo sob uma legislação que lhe garantia uma educação inclusiva, ainda não estava incluído. Faltava-lhe condições de acessibilidade pedagógica e comunicacional, o que implicaria outras ações que considerassem seu modo de aprender, diretamente relacionado ao campo visual.

As experiências profissionais como tradutora e professora produziram inquietações no sentido de como atender melhor o aluno surdo, tomando de partida a concepção de uma sala de aula inclusiva, desde os aspectos metodológicos até estruturais. Compreendendo que em uma sala de aula a ação de incluir repousa principalmente na figura do professor, era necessário conceber um espaço formativo em que o professor compreendesse as especificidades deste público de modo que, pudesse mudar sua prática docente em relação a ele.

Com base nessas inquietações, adentrei o mestrado. Buscava por mudança de olhar, pois se para incluir o surdo não bastava ter o tradutor/intérprete de Libras e o professor titular em sala de aula, como incluir?

A inclusão parte da perspectiva de eu olhar o outro de modo diferente, de eu perceber as singularidades dele. Então, para isto preciso me (in-) formar, por isso busquei a linha de pesquisa na formação de professor, pois o docente está em primeiro plano no relacionamento professor e aluno. Para ele, este último, independente das marcas da deficiência que possa carregar ou não, está ali para aprender. E ousamos dizer que na escola todos somos aprendentes, inclusive, o professor.

Dessa forma, as inquietações e as discussões em torno da inclusão que me acompanhavam, adentraram a academia, e ali, transformaram-se em problema de pesquisa. Problematicada a questão, buscamos encontrar possibilidades que pudessem produzir mudanças atitudinais no professor de modo que colaborassem para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

A pesquisa que empreendemos, por meio da qual estabelecemos o contato com a literatura, com os atores da sala de aula, a saber: professores, tradutores/intérpretes de Libras e aluno surdos e ouvintes, permitiu-nos a compreensão de que aquelas indagações que nos trouxeram ao mestrado, que, no primeiro momento eram apenas percepções construídas na ação laboral, existiam, de fato. Elas não se limitavam tão-somente à realidade vivenciada por mim: eram também refletidas em outros espaços escolares.

No trajeto desse estudo, concentramo-nos na condição de aprendizagem do aluno surdo, que passa principalmente pelo campo visuoespacial. Percebemos que esse campo é invisibilizado nas ações em sala de aula dada a presença do processo de tradução/interpretação. Para muitos professores, o processo de inclusão do aluno surdo está diretamente relacionado à presença do tradutor/intérprete de Libras, quando, em verdade, há outros condicionantes e variáveis a se considerar que dizem respeito à ação docente.

Diante do que se apresentou, pensamos no produto educacional como objeto formador dentro da condição da surdez, a partir do campo visuoespacial. Um produto que, nessa perspectiva, apontasse para a acessibilidade e adequação, mas não aquela entendida em torno apenas de materiais pedagógicos adaptados e da presença do profissional de apoio, mas aquela que concebe também o espaço da sala de aula, no contexto daquele campo, como promotor de inclusão.

Nesse entendimento o produto visa mostrar a importância da sala de aula em contexto físico, compreendendo a localização dos sujeitos em ação educativa- Professor, Tils, aluno surdo, aluno ouvinte, a disposição e o tamanho de mobiliário, a arrumação deste para fins de aula, a formação de grupamentos e outros aspectos físicos, como iluminação. Trazemos um produto que além de se preocupar em sensibilizar o docente em face da surdez, aponta para possíveis adaptações a cargo do professor.

Esta proposta nos conduz à ideia de uma didática visual em diálogo com a concepção ergonômica inclusiva. Como pedagoga, ressalto que é a compreensão da importância deste espaço para o surdo, que iniciamos seu processo de inclusão.

E assim, com muito carinho, apresentamos por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET, o Caderno Temático Formativo na área da Educação Especial para docentes. Esse é um dos resultados de mais de dois anos de pesquisa. Nele são apresentadas contribuições sociais e educacionais para professores que atuam no cenário da sala regular em perspectiva inclusiva.

Diante do que se apresentou, pensou-se no produto educacional como objeto formador dentro da condição da surdez, a partir do campo visuoespacial. Um produto que, nessa perspectiva, apontasse para a acessibilidade e adequação, mas não aquela entendida em torno apenas de materiais pedagógicos adaptados e da presença do profissional de apoio, mas aquela que concebe também o espaço da sala de aula, no contexto daquele campo, como promotor de inclusão.

Nesse entendimento o produto visa mostrar a importância da sala de aula em contexto físico, compreendendo a localização dos sujeitos em ação educativa-Professor, Tils, aluno surdo, aluno ouvinte, a disposição e o tamanho de mobiliário, a arrumação deste para fins de aula, a formação de grupamentos e outros aspectos físicos, como iluminação. Trazemos um produto que além de se preocupar em sensibilizar o docente em face da surdez, aponta para possíveis adaptações a cargo do professor.

Esta proposta nos conduz à ideia de uma didática visual em diálogo com a concepção ergonômica inclusiva. Como pedagoga, ressalto que é a compreensão da importância deste espaço para o surdo, que iniciamos seu processo de inclusão.

E assim, com muito carinho, apresentamos por meio do Programa de Pós-Graduação em Ensino Tecnológico – PPGET, o Caderno Temático Formativo na área da Educação Especial para docentes. Esse é um dos resultados de mais de dois anos de pesquisa. Nele são apresentadas contribuições sociais e educacionais para professores que atuam no cenário da sala regular em perspectiva inclusiva.

Nesta trajetória, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – Napne, coordenação Pedagógica, professores, tradutor/intérprete de Libras e alunos surdos e ouvintes firmaram parceria com a pesquisa, que fora realizada em dois espaços: o Instituto Federal do Amazonas – IFAM/ Campus Manaus Centro e o Instituto Federal de Roraima – IFRR/Campus Boa Vista.

Olá,

Seja bem-vindos (-as),

Este Caderno Temático Formativo disponibiliza uma proposta de formação docente que contribuirá com professores de salas inclusivas com alunos surdos. A ação formativa tem o intuito de superar os desafios escolares registrados nas respostas coletadas em pesquisa e assim avançar na inclusão do aluno surdo.

Os temas elencados no decorrer do caderno foram compostos por orientações que os auxiliará na prática pedagógica. Traz uma abordagem que objetiva refletir, no contexto da sala inclusiva, sobre as contribuições do campo visuoespacial e da ergonomia na dinâmica de ensino-aprendizagem do aluno surdo, e sobre a importância do conhecimento dessas áreas para a formação de professores.

O caderno tem sua relevância didática para a formação docente, pois compreende que a formação é uma ferramenta eficaz para a socialização de orientações que contribuirão com os espaços escolares. Assim, esperamos que as contribuições deste oportunizem a capacitação dos professores das redes públicas e/ou privadas e promovam o processo inclusivo.

Um bom estudo a todos!

Patrícia Lucena de Lavor
Maria Lúcia Tinoco Pacheco



O caderno é composto por quatro unidades temáticas, que devem ser trabalhadas em sequência. São elas:

- I. O ensino de surdos: ontem e hoje;**
- II. Formação de Professores para Educação Especial: adaptações curriculares e acessibilidade pedagógica;**
- III. Didática Visual e Campo Visuoespacial;**
- IV. Ergonomia e Educação Inclusiva.**

As unidades foram organizadas com atividades que envolvem estudos teóricos, práticos e reflexivos. Cada unidade está dividida em 4 momentos e trazem seções como: “Diálogo” e “Mão na Massa”. As unidades são compostas por tarjas de orientações, figuras, quadros e referências.

No formato em que se apresentam poderão ser ministradas, a princípio, como encontro formativo, seja presencial ou na forma remota, com carga horária de 5 horas cada, totalizando 20 horas, conforme sugestão de planejamento, a seguir. Cada encontro poderá atender mais de 15 professores, com capacidade máxima para 30, se presencial ou virtual.



SUGESTÃO DE PLANEJAMENTO DAS UNIDADES					
Curso: <título>		Formador (a): < nome completo>		Carga horária: < c.h do curso>	
UNIDADE TEMÁTICA	Resultados pretendidos da Aprendizagem	Encontro Formativo	Escopo das aulas		
			Conteúdo envolvido	Atividades de Ensino & Recursos	Atividades de aprendizagem
I		5 hs			
II		5 hs			
III		5 hs			
IV		5 hs			

Observação de Aprendizagem, Avaliação e Feedback

Recurso	Dinâmica proposta	Avaliação/Feedback

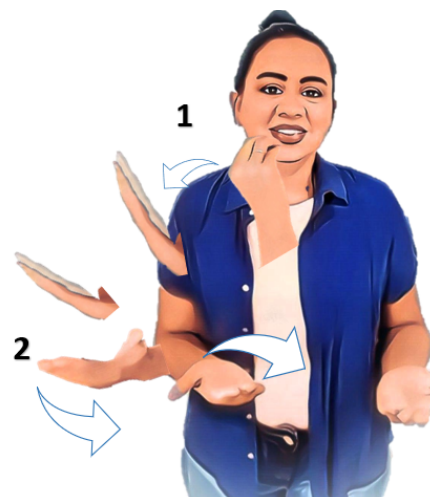
Referências		

Recomenda-se para melhor uso do material que o formador tenha o curso básico de Libras, pois o conhecimento básico na língua de sinais o auxiliará na melhor apresentação do produto, ao longo das unidades.

O caderno temático formativo poderá ser aplicado em momentos como Semana Pedagógica, Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), Minicursos em eventos acadêmico-pedagógicos e Curso de extensão, se adotado no âmbito de universidades. Acredita-se que quanto maiores forem as possibilidades de efetivo uso deste material, igualmente serão as possibilidades de superação dos desafios de salas inclusivas com aluno surdo.

Olá!

Espero que esteja tudo bem com cada um de vocês! Com intuito de dar início às atividades, vamos para as apresentações do (a) formador (a) e dos colegas de turma.



Fonte: Photo Lab (2022), avatar de Patrícia Lavor, adaptação de imagem pelas autoras.

Orientação: Neste momento, os participantes poderão apresentar suas inquietações.

Diálogo com a turma: após os professores compartilharem suas experiências, informar que, ao fim dos encontros, esperamos que as contribuições da formação possam capacitá-los para atuarem em salas inclusivas.

FICHA DE APRESENTAÇÃO DO FORMADOR

Nome: _____

Formação: _____

Área de atuação: _____

Tempo de experiência: _____

FICHA DE APRESENTAÇÃO DO PARTICIPANTE

Nome: _____

Formação: _____

Por que escolheu esta formação? _____

O que espera aprender ao final dos encontros? _____

I UNIDADE TEMÁTICA

O ensino de surdos: ontem e hoje

Nesta unidade, iremos dar início à formação, apresentar alguns fatos históricos da educação dos surdos, relatos de experiência e estudos teóricos. Ainda teremos uma proposta de “Mão na massa” para melhor envolvimento dos participantes, de modo, que possamos repensar a prática docente, diante da realidade do processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos.



1º MOMENTO

CONHECENDO ALGUMAS NOMENCLATURAS

Orientação: Neste momento, o formador pode perguntar se o participante já teve alguma experiência de conversa com o surdo. Se precisou de algum suporte para realizar a mediação, como intérprete de Libras ou aplicativos com avatar. Perguntar como a pessoa se sentiu na hora.

Avatar digital: Aplicativo Hand Talk interpretado pelo personagem Hugo, que desenvolve os gestos e facilita a comunicação com pessoas surdas ou com dificuldade auditiva. Há outros avatares além do HUGO.

Libras: Língua Brasileira de Sinais, primeira língua dos sujeitos surdos brasileiros e a Língua Portuguesa na modalidade escrita é a segunda língua, Lei nº 13.005/14 (BRASIL, 2014).

Ouvinte: "O termo 'ouvinte' refere-se a todos aqueles que não compartilham as experiências visuais enquanto surdos" (SKLIAR, 2000, p. 43).

Salas inclusivas: Lugar de encontro entre o professor, o intérprete de Libras, o aluno surdo e alunos ouvintes.

CONHECENDO ALGUMAS NOMENCLATURAS

Surdo (-a): "São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais" (QUADROS, 2004, p.10).

Dois públicos:

Surdo

Ouvinte

e/ou



TILS: Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais “[...] é o profissional que trabalhará na mediação da comunicação entre o aluno surdo e o contexto educativo”, ou seja, o tradutor/intérprete de língua de sinais - TILS é um profissional que surge da necessidade em mediar a comunicação por meio dos sinais (ALBRES, 2015, p.8).

Apresente uma frase em Libras e observe se os professores conseguem identificar a mensagem da frase apresentada.

Exemplo:

EU SOU PATRÍCIA



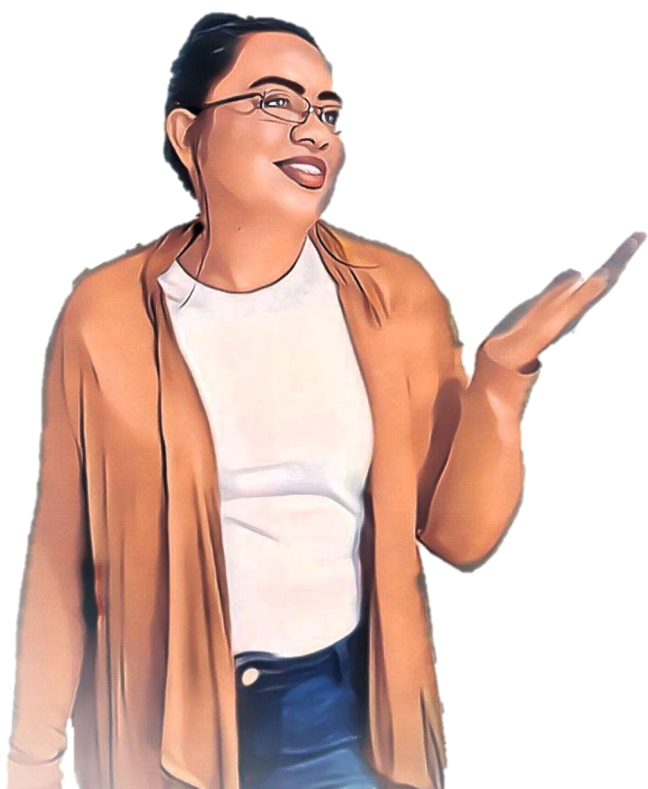
Orientação: Observar se os participantes têm conhecimento básico em Libras. Em caso negativo, conversar sobre a importância de buscar cursos básicos de Libras.

Deixar claro que a formação não é um curso de Libras.

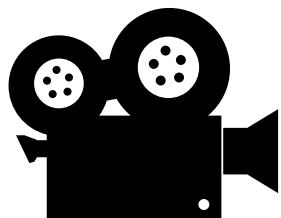
DIÁLOGO

Conforme Amaral (2016), a educação inclusiva apresenta desafios em sua efetivação, dentre eles, a resistência de professores em receber os alunos com deficiência em sala, algo que traz uma concepção negativa, interferindo diretamente no ensino e no processo de inclusão. A fim de superar os desafios, utiliza-se o cinema como meio de disseminar os comportamentos.

A docência é uma profissão que nos apresenta muitos desafios. Neste cenário, destacamos o ensino do aluno surdo. Na busca por apresentar histórias no contexto da surdez, vamos aqui sugerir alguns filmes que os ajudarão a compreender os desafios da comunicação de sinais.



Orientação: Apresentar o vídeo completo ou trailer do filme, a depender do tempo disponível.



CINE INCLUSÃO

FILMES

SINOPSE

QR CODE



E Seu Nome é Jonah

Jonah é um jovem surdo que recebe um diagnóstico errado de retardo mental e leva uma vida repleta de frustrações, até que seus talentos são reconhecidos.

Ano 1979.



Depois do silêncio

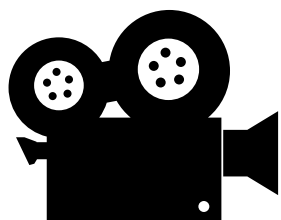
O filme relata a história de uma moça chamada Lara, uma jovem surda, que ficava muito tempo trancada em sua residência. A jovem sofria muitos abusos de seu pai; Uma assistente social chamada Pam aparece e, com sua ajuda, Lara vai descobrindo um mundo diferente, "novo". Ano 1996.



Black

Black é um filme indiano falado em hindi e inglês indiano, dirigido por Sanjay Leela Bhansali. Gira em torno de uma garota surdo-cega e seu relacionamento com o professor que mais tarde desenvolve a doença de Alzheimer. Ano 2005.





CINE INCLUSÃO

FILMES

SINOPSE

QR CODE



Hamil

Matt Hamill enfrentou dificuldades antes de ser três vezes campeão de luta livre. Nascido sem a audição, o lutador usou sua deficiência como vantagem e se tornou o primeiro atleta surdo a vencer um campeonato universitário nacional. Ano 2010



Família Belier

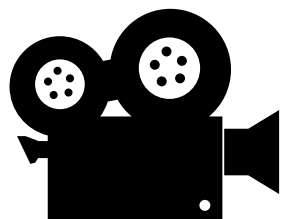
A Família Bélier é um dos filmes sobre surdez que aborda a temática de forma leve e descontraída. Aqui, acompanhamos a história de Paula, uma adolescente que é a única ouvinte em uma família na qual todos possuem deficiência auditiva. Isso inclui sua mãe, seu pai e seu irmão. Ano 2014.



A linguagem do coração

Obra francesa que conta a história de Marie Heurtin, uma jovem surdo-cega que vive isolada e não consegue se comunicar. Com 14 anos, a menina é enviada para um convento que trabalha com jovens surdos e passa a perceber o mundo de outra maneira. Ano 2014.





CINE INCLUSÃO

FILMES	SINOPSE	QR CODE
 Sem Fôlego	Sem Fôlego é um filme construído praticamente sem falas. Ele acompanha, simultaneamente, a história de duas crianças em épocas distintas. Ambas possuem problemas auditivos: Rose porque nasceu surda, e Ben porque sofreu um acidente. Ano 2017.	

Todos os filmes listados estão relacionados à língua de sinais na condição da pessoa surda na sociedade e em seus enfrentamentos. Essa é uma forma acessível que nos ajuda a compreender os desafios da pessoa surda no processo de inclusão social, seja na utilização da língua de sinais, dificuldades de inclusão, rompimento do silêncio, violência, entre outros.

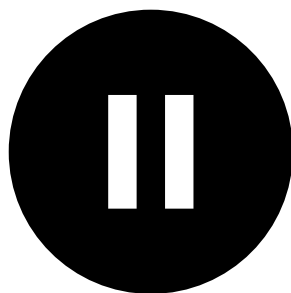
DIÁLOGO

Podemos observar os desafios da comunicação em sinais no meio social e educacional. Mas, acima de tudo é possível ver os avanços, as conquistas e superações dos personagens surdos e ouvintes. O que chamou mais sua atenção?

Orientação: Espera-se que neste momento algumas falas surjam sobre o (-s) filme (-s).

Permitir que os participantes façam alguns comentários sobre o tema. Quando achar pertinente, concluir as falas, chamando a turma para o intervalo.

INTERVALO
Pausa de 10 minutos!





2º MOMENTO

EDUCAÇÃO DE SURDOS E PERSONALIDADES

Orientação: Apresentar um breve relato histórico sobre a educação de surdos e os principais fatos que a envolvem, a partir das personalidades históricas.

No período da Renascença, a educação dos surdos ainda era vista como improvável. Somente, no século XVI, registraram-se as primeiras iniciativas de ensino deste público. Conforme Pereira et al. (2011, p.7), “[...] Entre os séculos XVI e XVIII, a educação dos surdos eram planejadas pela família [...]”, e desta forma ocorreram mudanças quanto ao ensino e a aprendizagem da pessoa surda.

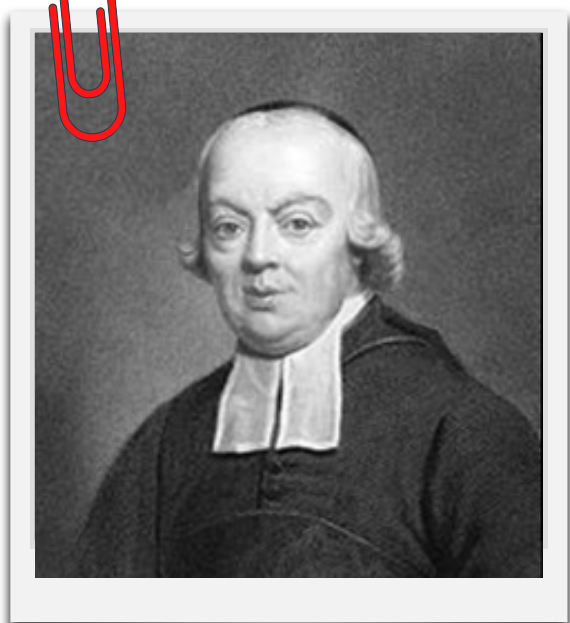
Século XVI



(1520 -1584)

O espanhol **PEDRO PONCE DE LEÓN** foi um monge beneditino que recebeu créditos como o primeiro professor para surdos. Seus poucos alunos eram crianças surdas, filhos de ricos (PEREIRA et al., 2011, p.7).

Século XVIII



(1712 – 1789)

Fonte da imagem: NUNES, José Romilson Silva. Libras: um projeto para o ensino fundamental de nove anos, Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2018.

SAMUEL HEINICKE acreditava que a única ferramenta a ser usada na educação de surdos deveria ser a palavra falada. O oralismo de Heinicke recusava a língua de sinais, a gesticulação ou o alfabeto manual (PEREIRA et al., 2011, p.7).

○ **ABADE CHARLES-MICHEL DE L'ÉPÉE** foi fundador da primeira escola para surdos no mundo; privilegiava a Língua de Sinais Francesa (LSF), que havia aprendido com os surdos nas ruas de Paris. Teve o mérito de reconhecê-la como língua, divulgá-la e valorizá-la (PEREIRA et al., 2011, p.7).

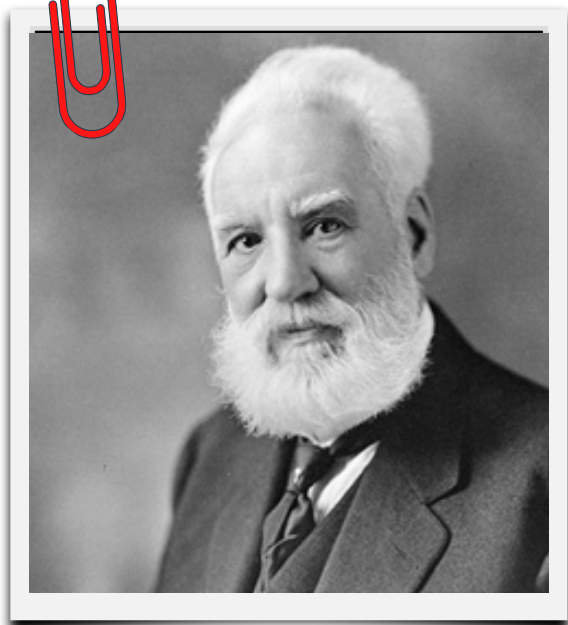
Século XIX



(1727 - 1790)

Fonte da imagem: https://en.wikipedia.org/wiki/Samuel_Heinicke

Século XIX



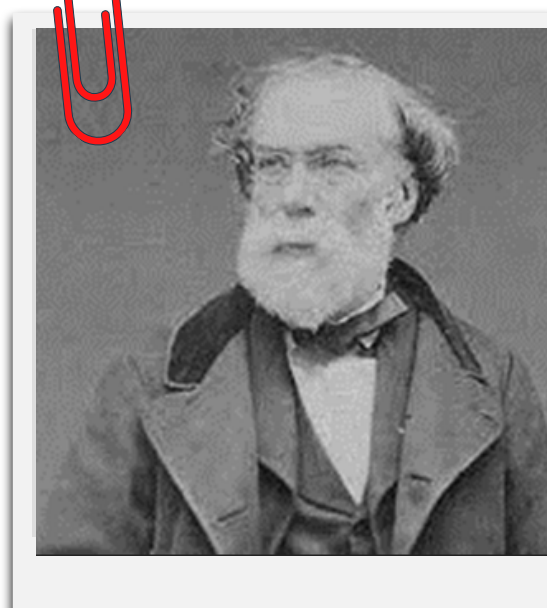
(1847-1922)

ALEXANDER GRAHAM BELL, estudioso influente no Congresso de Milão (1880), que defendia o oralismo como método de ensino de surdos. O método ganhou força e em votação ficou decidido que a educação de surdos deveria se dar exclusivamente pelo método oral (AFONSO, 2010).

Fonte da imagem: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alexander_Graham_Bell

Século XIX

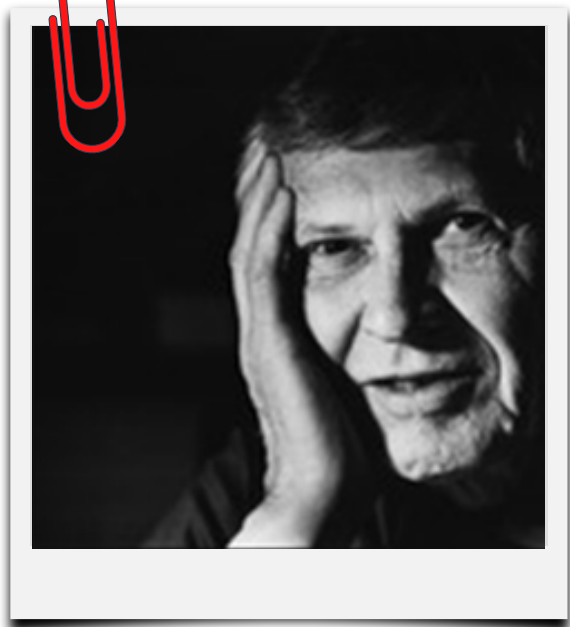
E. Huet, professor surdo e fundador da primeira escola para surdos o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos", atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, localizado no Rio de Janeiro/BR. A sua didática adotou modelos de aprendizagem com uso de língua de sinais e oportunizou muitos benefícios aos surdos brasileiros (MORI, 2015).



(1822 – 1882)

Fonte da imagem: NUNES, José Romilson Silva. Libras: um projeto para o ensino fundamental de nove anos, Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2018.

Século XX



(1920 – 2000)

William Stokoe, foi um dos primeiros linguistas a estudar uma língua de sinais com tratamento linguístico (1960). É considerado o pai da linguística da língua de sinais americana (PEREIRA et al., 2011, p.11).

Fonte da imagem: https://pt.wikipedia.org/wiki/William_Stokoe

Estas personalidades históricas trazem o contexto das primeiras iniciativas de educar o surdo tanto no contexto mundial e quanto no brasileiro. São registros válidos, que mostram o processo de ensino de surdos, os métodos que foram utilizados ao longo dos anos.

Neste cenário, chamamos atenção para os métodos que historicamente marcaram o processo educacional da pessoa surda, compreendendo o período de 1780 a 1980, conforme quadro 1.



Quadro 1- Métodos de ensino

MÉTODO	PERÍODO HISTÓRICO 1760 A 1880	DESCRIÇÃO
Visual	Século XVIII 1780	baseia-se no uso dos gestos dos sinais do alfabeto manual e da escrita na educação dos surdos.
Oral ou oral-aural	Século XIX 1880	baseia-se no acesso à língua falada por meio da leitura labial (ou leitura orofacial) e da amplificação do som e na expressão por meio da fala.
Comunicação total	Século XX 1960	Defende que os surdos tenham acesso à linguagem oral por meio da leitura orofacial, da amplificação, dos sinais e do alfabeto manual e que se expressem por meio da fala, dos sinais e do alfabeto manual.
Bimodalismo	Século XX 1978	Refere-se à exposição ou ao uso de uma só língua, produzida em duas modalidades: oral e gestual.
Bilinguismo	Século XX 1980	Refere-se ao ensino de duas línguas para os surdos: a primeira, a língua de sinais, dá o arcabouço para o aprendizado da segunda, a língua majoritária - preferencialmente na modalidade escrita.

Fonte: adaptação das autoras com base em Pereira et al. (2011).

Como podemos observar ao longo do tempo, houve várias iniciativas de promover a educação de surdos. Observamos perdas e avanços.

DIÁLOGO

Alguns atrasos escolares foram pontuados historicamente, assim como as conquistas das lutas da comunidade surda em prol do reconhecimento da identidade e respeito à cultura surda. Neste contexto o que chamou mais sua atenção? Hoje como você considera que está a educação de surdos?

Orientação: Espera-se que os participantes comentem sobre suas reflexões a respeito do processo atual da educação de surdos no sistema escolar.

MÃO NA MASSA

Esta atividade será feita em grupo.

Recomenda-se:

Turma com 15 participantes: três grupos de 5 pessoas.

Turma com 30 participantes: quatro grupos de 5 pessoas.

Descrição:

Com auxílio de uma cartolina ou papel 40, os grupos irão organizar a trajetória histórica apresentada, utilizando imagens e textos disponíveis pelo formador/professor (a). No cartaz, os participantes deverão pontuar o que chamou mais a atenção do grupo com relação ao assunto abordado até o momento.

Orientação: Os participantes podem compartilhar suas experiências de lecionar em sala inclusivas. Perguntar se realizam adaptações no conteúdo, plano de aula e ações desenvolvidas em sala de aula. E informar que, mais adiante, receberão orientações que poderão colaborar com o processo de ensino e aprendizagem.



3º MOMENTO

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS

Na educação inclusiva são muitos os desafios encontrados na formação docente diante do diferente. São dificuldades pontuadas historicamente. Os professores convivem com a presença constante de dúvida, insegurança e incerteza em relação ao fato de ter um aluno com necessidades educacionais específicas matriculado em sala regular, chamada no momento atual a ser também inclusiva.

O fato de ser inclusiva transforma essa sala num ambiente diferente, em que muita vez o professor é chamado a dividir com outro profissional esse mesmo espaço. É o caso do aluno surdo que faz uso da língua de sinais e que precisa da mediação. Logo, a insegurança também se revela na partilha dessa sala inclusiva (figura 1).

Figura 1: Sala inclusiva.



Fonte: Adaptação de imagem pelas autoras.

O sentimento de impotência nos professores que vivem esta realidade se revela sob a forma de angústia e questionamentos, conforme pontua Duek (2008, p.176): "E agora? O que eu vou fazer? Como ensinar a quem não consegue aprender?". Rodrigues afirma que "[...] ministrar aulas para alunos surdos ainda se constitui um grande desafio para muitos professores que atuam na docência [...]" (2020, p.92).

DIÁLOGO

Aqui trazemos algumas falas dos participantes da pesquisa "Sala Inclusiva: uma proposta didática para professores de alunos surdos e ouvintes". São relatos de professores e tradutores/intérpretes de Libras, bem como de alunos surdos e ouvintes, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR Campus Boa Vista e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Manaus Centro. Além de serem identificados por A e B, em que "A" refere-se ao IFRR e "B" ao IFAM, os participantes receberam um número. Seus relatos registram além das dificuldades, também as vantagens relacionadas à presença do aluno surdo na sala regular.

Orientação: Durante a apresentação dos relatos, deixar a turma livre para contribuir com suas experiências de sala de aula.

Perguntados sobre as dificuldades, os professores responderam que:



A maior dificuldade é estabelecer a comunicação direta com o aluno; por não saber LIBRAS, acaba deixando uma angústia muito grande, e desconhecer se realmente o estudante está aprendendo. Com isso nota-se que a aprendizagem do estudante surdo pode estar comprometida (PROFESSOR B1, 2020).

É não saber a língua de sinais (PROFESSOR B2, 2020).

Os relatos demonstram a falta de conhecimento do professor na língua de sinais, para estabelecer uma comunicação básica com o aluno e, nesse sentido, ressaltamos que o professor de sala inclusiva precisa ter o conhecimento básico em Libras. Atualmente, os Centros de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, distribuídos nas regiões brasileiras, ofertam cursos gratuitos em língua brasileira de sinais.

Os professores apontam outras questões que consideram problemáticas, que não os ajudam no atendimento do alunado surdo:



Quando o intérprete não comparece (PROFESSOR A1, 2020).

Ausência ou falta do intérprete no dia de aula (PROFESSOR A2, 2020).

Elaborar material didático mais adequado; Laboratórios parcialmente inadequados para posicionamento do intérprete; ocasional ausência do intérprete por razões institucionais ou pessoais (PROFESSOR A4, 2020).

Falta de conhecimento técnico por parte do intérprete (PROFESSOR B2, 2020).

É não saber a língua de sinais, (PROFESSOR B2, 2020).

A atividade do profissional tradutor/intérprete de Língua de Sinais – TILS envolve a mediação da comunicação entre professor e aluno. Este profissional, no espaço escolar, é motivo de questionamento no discurso dos professores. Existe uma dúvida sobre qual seria a função do TILS. Por isto, faz-se necessário primeiro compreender o trabalho desse profissional e conhecer suas necessidades para o melhor desempenho de um trabalho em conjunto. A este respeito o TILS A2 diz que:

“Melhor ele (**professor**) entregar esse material com antecedência, a mesma coisa que ele está copiando no quadro, seria mais rápido, ou primeiro copiar, esperar os alunos responderem e no segundo momento fazer a explicação desse material e o intérprete fazer a interpretação, seria melhor” (TILS A2, 2020) (grifo nosso).



Pinto diz que “Se a questão da visualização é essencial, a língua e a comunicação para o surdo são um ponto-chave [...] precisa ser amplamente considerado na escola” (2018, p.04). Assim como é essencial a organização prévia do professor no ato de escrever e explicar o conteúdo.



“Quando o professor escreve no quadro e tem o intérprete em sala de aula e quando ele escreve e fala ao mesmo tempo fica um pouco confuso, porque acredito que seja melhor ele entregar esse material com antecedência a mesma coisa que ele está copiando no quadro; seria mais rápido. Ou primeiro copiar, esperar os alunos responderem e no segundo momento fazer a explicação desse material e o intérprete fazer a interpretação, seria melhor” (aluno surdo A2, 2020).

O intérprete de libras que atua no espaço escolar tem o compromisso com o aluno no processo de construção do conhecimento, sendo um mediador das explicações, conteúdos, diálogos. De fato, intermediará as relações estabelecidas entre os alunos surdos e os sujeitos ouvintes inseridos no espaço escolar.



Comunicação, aluno/professor e vice-versa - inviável sem o intérprete (PROFESSOR A2, 2020).

O intérprete é a peça importante no processo de comunicação entre professor-aluno e na aprendizagem dos mesmos (PROFESSOR B1, 2020).



Lecionar em sala de aula inclusiva com aluno surdo não se resume em ter o suporte do intérprete de libras, pois o ato de ensinar cabe ao professor; logo, é dele a responsabilidade pela busca de estratégias para sanar as necessidades específicas dos alunos surdos.

As estratégias visuais também podem auxiliá-lo em sala. Uma adaptação poderá sanar algumas lacunas no processo de ensino e aprendizagem, de modo, a oportunizar o material adaptado, isto é, reduzir textos, produzir vídeos explicativos com janela em Libras, elaborar apostila com o passo a passo para o estudo, entre outros.

O fato de o professor entregar o material com antecedência acaba por dar a oportunidade ao TILs de realizar o estudo prévio, e isto agrega valor no ato de interpretar a aula, favorecendo a aprendizagem do aluno surdo.

Quando perguntamos aos alunos ouvintes as vantagens em ter a presença do aluno surdo em sala, destacamos as seguintes respostas:

Aprender a conviver com as diferenças do próximo;

Buscar aprender a linguagem de sinais para se comunicar com o aluno surdo;

Observar que todos são capazes de fazer o que desejam, independentemente da condição (aluno ouvinte B2, 2020).



Trazer novas iniciativas de ensino, apesar da pouca experiência no uso de língua de sinais no âmbito da prática pedagógica, são transformações que podem melhorar a atuação docente em sala de aula.





4º MOMENTO

AVALIAÇÃO

Vamos para nossa avaliação?

Contamos com sua participação!

Suas respostas podem fazer toda diferença para os ajustes necessários ao curso. Com base no seu ponto de vista, será possível visualizar o nível de satisfação dos participantes.

A avaliação tem por objetivo apresentar o retorno do desenvolvimento e análise das aulas. Ela será a base de verificação sobre as expectativas em relação ao seu aprendizado e as contribuições desse material para sua formação.

AVALIAÇÃO											
I UNIDADE TEMÁTICA											
MÉTODO											
Conteúdo abordado											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Domínio do assunto											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Comunicação oral e visual											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
CONTEÚDO											
Apresentação do material											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Qualidade do material											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Clareza na exposição											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
IMPACTO											
Criatividade e adequação											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Conceitos, esclarecimentos e entendimento do participante											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Resultados alcançados											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

ANOTAÇÕES



TAREFAS A FAZER	TAREFAS CONCLUÍDAS	TAREFAS PENDENTES

NOTAS E OBSERVAÇÕES

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Carlos. O congresso de Milão e a supremacia do oralismo. **A História dos Surdos**, v. 3, 2010.
- ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.
- AMARAL, Mateus Henrique do; MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. Análise de Obras Cinematográficas para Compreender as Concepções de Professores sobre o Aluno com Deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 511-526, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.
- DUEK, V.P., NAUJORKS, M.I. Inclusão e autoconceito: reflexões sobre a formação de professores. In: ALMEIDA, M.A., MENDES, E. G.; HAYSHI, M. C. P. I. (Org.). **Temas em educação especial: múltiplos olhares**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008. p. 176-189.
- LAVOR, Patrícia Lucena. **Sala inclusiva: uma proposta didática para professores de alunos surdos e ouvintes**. Dissertação (Mestrando) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2022.
- MARTINS, Laura Bezerra; GAUDIOT, Denise Mariasimões Freire. **The deaf and the classroom design: a contribution of the built environmental ergonomics for the acessibility**. 2012. Work, 41(Supplement 1), 3663-3668. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22317280/>> Acesso em: 16 nov. 2019.
- MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do PPE**. Universidade Estadual de Maringá, v. 2, 2015.
- QUADROS, Ronice Müller. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.
- SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice. Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos. **Estilos da Clínica**, v. 5, n. 9, p. 32-51, 2000.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras Conhecimento Além dos Sinais**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- PINTO, Gisela Maria da Fonseca; VIANNA, Claudia Coelho de Segadas. **Interpretação em Libras na aula de Matemática: um desafio para o intérprete educacional de Libras**. VII Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 2018. Disponível em: <http://www.sbemparana.com.br/eventos/index.php/SIPEM/VII_SIPEM/paper/view/584/565>. Acesso em: 15 nov. 2020.

II UNIDADE TEMÁTICA

Formação de Professores para Educação Especial: Adaptações Curriculares e Acessibilidade Pedagógica

Nesta unidade temática, iremos apresentar legislações importantes que subsidiam a formação de professores no contexto da educação especial bem como seus desdobramentos para o processo de inclusão do aluno surdo na escola regular.



1º MOMENTO

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL e OUTROS DESDOBRAMENTOS

Para Guerreiro (2018), a formação de professores se constitui em uma importante ferramenta para a construção de um espaço educacional onde todos aprendem. A formação é um processo reflexivo, composto por sujeitos inseridos no processo de ensino e aprendizagem, professores e alunos.

Logo, no contexto da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, a formação de professores se reveste ainda de maior importância, uma vez que será por meio dela que esse alunado terá a possibilidade de ter acesso a um currículo diferenciado, que atenda suas especificidades, para que possa juntamente com os outros alunos também aprender.

Se na formação inicial, os futuros professores passam a dialogar com as primeiras leituras sobre a deficiência, cursando disciplinas como educação especial e libras, por exemplo, para atender a essa necessidade de aprendizagem do alunado especial, é de fundamental importância que o docente, ao estar em atuação em sala de aula, mantenha-se em constante processo formativo.

É por meio da formação continuada que o professor poderá ingressar em cursos que estejam alinhados a sua necessidade pedagógica, podendo, a depender do público que atende buscar aperfeiçoamento em áreas como a surdez, a deficiência visual, transtornos, entre outros.

Orientação: Antes de iniciar a apresentação dos documentos que norteiam o processo inclusivo do aluno com deficiência no contexto escolar, fazer um breve levantamento junto aos participantes sobre o conhecimento que eles têm sobre o tema. Importante saber como construíram esse conhecimento. Se durante a formação inicial ou continuada. Informar que o foco, neste caso, recairá sobre atendimento do aluno surdo. Priorizar sempre que necessário o processo de escuta.

LEGISLAÇÃO

De modo a promover a acessibilidade no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo, vamos iniciar considerando principalmente a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996) que ampara as adaptações curriculares, das quais emergem as adaptações ergonômicas e a comunicação visuoespacial.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), sobre a formação continuada para os profissionais da educação, o parágrafo único do Art. 62-A da LDBEN estabelece que esta formação pode acontecer no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo os cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena, tecnológica e de pós-graduação.

Quanto à educação especial, a LDBEN, Art. 59, inciso I, afirma que os sistemas de ensino deverão assegurar aos alunos com deficiência “[...] currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e **organização** específicos, para atender às suas necessidades” (**grifo nosso**). Para isto faz-se necessário promover espaços de formações para professores, com intuito de capacitá-los tanto para atuarem nas classes comuns, quanto no atendimento especializado (Item III do Art. 59).

A capacitação do professor, nessa perspectiva, é um espaço importante para que a educação especial e educação inclusiva seja fortalecida e efetivada. São nesses espaços formativos que devem ser compreendidas as especificidades do aluno com deficiência e que precisam ser olhadas sob o prisma da inclusão. As formações para além de socializarem processos, estratégias e ações, devem provocar o professor a repensar seu papel no contexto inclusivo.

Se um professor compreende que precisa rever, por exemplo, a forma de avaliar, que precisa adequar certos materiais, que para estabelecer comunicação com o aluno surdo precisa ter um domínio básico de libras, e que tais ações são formas de equidade, podendo favorecer o acolhimento das diferenças, aí tem-se o resultado desse entendimento e o cumprimento do artigo referido anteriormente.

No contexto da surdez, a LDBEN, em seu Art. 60, assinala que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos “surdos, surdo-cego, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos [...]”, professores com formação em nível superior, bilíngue ou com especialização adequada. A formação, nesse caso, apesar de não se restringir a uma perspectiva, deixa claro a importância do bilinguismo.

Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica

A Resolução CNE/CEB nº 2/01 (BRASIL, 2001) que institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** assegura o serviço de educação especial como proposta pedagógica, na modalidade de educação escolar. Também compreende o atendimento educacional especializado como serviço de apoio pedagógico e de ações colaborativas, como suplemento curricular, que deverá ocorrer em espaço destinado para tal.

O documento comentado, apresentado pela MEC/SEESP, 2001 não trata especificamente da formação de professores, destacando ser este tema objeto de um outro documento. No entanto, já em sua introdução, preocupa-se em registrar que tomou como base também o estudo 'Formação de Professores para educação inclusiva' bem como o documento "Referenciais para a educação especial". E com base neste último, a Resolução recomenda aos sistemas de ensino e educação "[...] 6. Estabelecer ações conjuntas com instituições de educação superior para a formação adequada de professores" (BRASIL, 2001, p.9).

No item "Construindo a inclusão na área educacional", que traz o subitem "no âmbito técnico-científico", o documento discorre sobre o tema, assinalando que "[...] A formação de professores para a diversidade, bem como o trabalho em equipe são essenciais para a efetivação da Inclusão" (BRASIL, 2001, p.31). Ali também se discorre sobre as competências do professor capacitado para inclusão, que dentre outras questões deve:

- I-Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II-Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento;
- III-Avaliar continuamente a eficácia do processo produtivo;
- IV-Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial (BRASIL, 2001, p.31).

Cabendo também ao professor especializado manter o mesmo diálogo com o professor capacitado, apoiando seu trabalho, e, ao mesmo tempo, “[...] desenvolvendo **estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas alternativas**” (BRASIL, 2001, p.31), que possam promover o desenvolvimento e aprendizagem desse público. Em outro aspecto traz também a necessidade de os sistemas se responsabilizarem pela acessibilidade aos currículos escolares, ofertando-os ao aluno em diferentes linguagens.

Esta resolução reafirma o conceito de modalidade da educação especial como espaço de acessibilidade, adaptação curricular e inclusão bem como pontua a importância da formação de professores para atuarem no contexto inclusivo.

Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

No que se refere à surdez, a Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) é um marco. Foi por meio dela que a Libras passa a ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no território nacional. Em seu parágrafo único, o dispositivo registra: “Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, [...], oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil”.

Informa também que os sistemas educacionais em seus diversos níveis: federal, estadual, municipal e o Distrito Federal devem incluir o ensino de Libras nos cursos de formação em Educação Especial, Fonoaudiologia e de Magistério, em médio e superior, reafirmando a necessidade de o aprendizado de libras acontecer já na formação inicial.

Capacitação específica do docente para o ensino de Libras

O Decreto nº5626/05 (BRASIL, 2005), em consonância com a Lei de Libras, reafirma por meio do seu Art.3 a responsabilidade da formação inicial quanto à inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória nas licenciaturas e optativa nos outros. O capítulo III do referido decreto, intitulado “Da formação do professor de libras e do instrutor de libras”, traz em seu Art. 4º a inserção do ensino de Libras, nas séries finais do ensino fundamental até a educação superior, pontuando que a formação do docente responsável deve ser realizada em nível superior em cursos de graduação de pedagogia e/ou licenciatura plena em Letras Libras ou em Libras e Língua portuguesa como segunda língua.

Por fim, no Capítulo V, no Art. 23, ressalta-se a importância de as instituições do sistema educacional proporcionarem aos alunos surdos além dos serviços de tradutor e interpretação em Libras - Língua Portuguesa, também equipamentos e tecnologias que promovam a educação. E nisso se pontua a necessidade de os professores terem acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A política de 2008 ou PNEEPEI (BRASIL, 2008), como é conhecida, tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para a promoção de respostas de acordo com necessidades educacionais desse alunado. Esse documento busca garantir, entre outros temas, a “Formação de professores para o atendimento educacional especializado e **demais profissionais da educação** para a inclusão escolar” (BRASIL, 2008, p.10) (grifo nosso).

No que tange ao atendimento educacional especializado, a política reafirma a necessidade de formação, assim como a responsabilidade de os professores que prestam esse atendimento terem conhecimentos específicos dentre os quais destacamos aqueles que compreendem “[...] programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistiva e outros.” (BRASIL, 2008, p.12).

Atendimento Educacional Especializado

Segundo o Decreto 7611/11 (BRASIL, 2011), o Estado tem o dever de garantir o sistema educacional inclusivo, na igualdade de oportunidade, em todas as etapas escolar. Apresenta-se o atendimento educacional especializado como proposta pedagógica, de forma a garantir o acesso e a participação dos alunos com deficiência.

O § 1º do Art. 2 do documento concebe o atendimento educacional especializado como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente. Para tanto, é necessário apoio técnico e financeiro ao sistema educacional, que deve ser de responsabilidade da União.

Ao se referir sobre esse apoio, o Art. 5, § 2, destaca como ações tanto a “[...] III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos” quanto a “[...] IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva [...]”.

Plano Nacional de Educação – PNE

Lei nº 13/005/14 (BRASIL, 2014), o Plano Nacional de Educação estabelece 10 diretrizes, sendo uma delas a valorização dos profissionais da educação. Para o alcance do que foi proposto nas diretrizes foram estabelecidas 20 metas, sendo a Meta 15 a da política nacional de formação de profissionais da educação, assegurando aos professores da educação básica uma formação específica de nível superior em cursos de licenciatura na área específica de atuação. Para o alcance das metas são propostas 19 estratégias, dentre as quais destacamos as que tratam da formação do professor e do aluno surdo ou com deficiência auditiva:



[...] 4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos Arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.1) apoiar a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; [...]

Formação do professor

De acordo com a Resolução nº 02/15 (BRASIL, 2015), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e a formação continuada, seu objetivo é a preparação e o desenvolvimento de profissionais para a função de magistério na educação básica em suas etapas e modalidades de ensino, em que se insere a educação especial.

Quanto ao atendimento da diversidade em que se insere o ensino de surdos, destacamos o Art. 3º. Neste é mencionada a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como parte importante na formação de um professor. Também o Art. 13 e o Art. 15 trazem o tema da surdez e da Libras quando tratam sobre a estrutura e o currículo da formação inicial.

No que se refere à formação continuada, objeto do Art. 16, a resolução destaca que esta “[...] compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores [...], podendo acontecer sob a forma de atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações.

Política de formação

O Decreto nº 8.752/16 (BRASIL, 2016), estabelece a política de formação dos profissionais da educação básica no Brasil, sendo esta inicial e/ou continuada. Esse decreto busca atender as Metas 15 e 16 do PNE sobre a política de formação dos profissionais da educação básica.

Nova DCN para Formação Continuada

A Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020 (BRASIL, 2020), dispôs sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

Esse documento que está em processo de implementação, traz no anexo I, as competências gerais docentes, esperadas no processo de formação. Destacamos, por fim, que as necessidades educacionais específicas do alunado são sublinhados em duas dessas competências. A saber, nas Competências específicas e habilidades da dimensão do conhecimento profissional e ainda nas Competências específicas e habilidades da dimensão da prática profissional – pedagógica.

Na primeira espera-se que o professor possa “[...] Articular estratégias e conhecimentos que permitam aos alunos desenvolverem as competências necessárias [...] atendendo às necessidades específicas de aprendizado dos alunos em toda a gama de habilidades”.

Na segunda, que o docente possa:

2a.4 Utilizar ferramentas pedagógicas que facilitem uma adequada mediação entre os conteúdos, os alunos e as particularidades culturais e sociais dos respectivos contextos de aprendizagem;

2a.4.2 Utilizar estratégias que apoiam o currículo e os requisitos legais; [...]

2a.4.3 Identificar diferentes estratégias e recursos para as necessidades específicas de aprendizagem (deficiências, altas habilidades, alunos de menor rendimento, etc.) que engajem intelectualmente e que favoreçam o desenvolvimento do currículo com consistência (BRASIL, 2020, p.10).

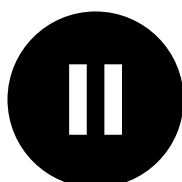
DIÁLOGO

Agora que trouxemos à memória os documentos que balizam a formação no âmbito da educação especial com enfoque na área da surdez, responda:

1. O que você achou mais relevante para o atendimento do aluno com deficiência? Por quê?
2. Quais ferramentas a escola deve disponibilizar para o acesso às pessoas com deficiência? Você já fez ou faz uso de tecnologia assistiva para lecionar em sala inclusiva? Quais?
3. Você já participou de capacitação na área da educação especial antes desse curso? Se sim, fale sobre ele. Se não, diga por quê.

INTERVALO

Pausa de 10 minutos!





2º MOMENTO

ADAPTAÇÕES CURRICULARES E ACESSIBILIDADE NO ESPAÇO DA SALA

Orientação: Iniciar com a seguinte questão: Considerando a presença do aluno surdo na sala regular de ensino, você acha que a organização espacial da sala de aula pode ser entendida como uma adaptação que favoreça a aprendizagem do aluno? Você já ouviu falar de ergonomia? E acessibilidade, você sabe o que é?

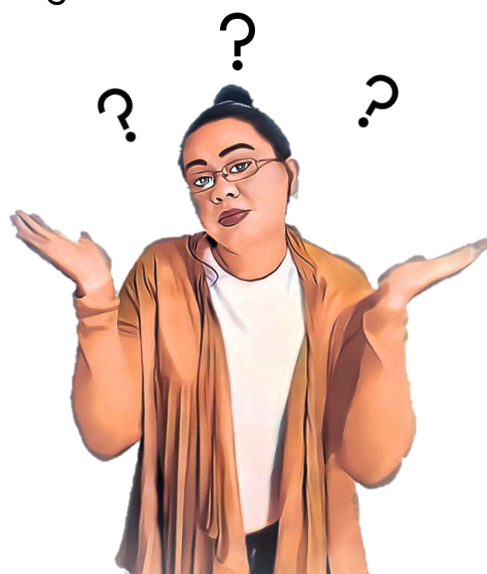
(BRASIL, 2001), as Diretrizes Nacionais para Educação Especial apresentam o desenvolvimento do currículo em diferentes modalidades, sendo na educação infantil, educação fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos e educação.

A construção do currículo deverá atender aos requisitos da LDBEN (1996), e se necessário, ser garantido ao aluno com deficiência, por meio de adaptações (flexibilização) de atividades e ações educacionais, que permitam o acesso desses alunos, de forma igualitária.

Quando identificada (-s) dificuldade (-s) escolar (-es) do alunado em específico, faz-se necessário promover o trabalho pedagógico com recursos ou técnicas, ou seja, conforme (BRASIL, 2001, p. 57): "Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educativas adequadas, que abrangem graduais e progressivas adaptações de acesso ao currículo, bem como **adaptações** de seus elementos" (grifo nosso).

Ressaltamos ainda que muitas das adaptações como vimos compete não somente ao sistema educacional, mas também ao professor, esteja ele na sala regular ou na sala especializada. As adaptações curriculares permitem que o professor planeje suas aulas, conforme as necessidades educacionais específicas de cada aluno e as decisões tomadas os auxiliarão no processo de ensino e aprendizagem.

Mas o que adaptar? Como fazer? Que escolhas devemos fazer para dar conta desta ou daquela adaptação?



Primeiramente é preciso conceber que o currículo deve ser compreendido para além dos temas escolares, o que significa dizer que ele é dinâmico e está diretamente relacionado a toda e qualquer ação que tenha como objeto a aprendizagem de conteúdos que promovem essa aprendizagem.

A partir dessa perspectiva, para operar as adaptações (quadro 1), é preciso localizar o que precisa ser trabalhado (conteúdo), e por onde ele começa a ser redimensionado (planejamento). O próximo passo é projetar como isso vai se dá (estratégias) e, nesse ponto, ganham relevância os instrumentos a serem empregados bem como o processo de organização.

Quadro 1 - Adaptação Curricular

CURRÍCULO			
AÇÕES PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM			
ADAPTAÇÕES	OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	
	• Conteúdos; • Planejamentos.	Metodologia	Atividade acessível (Tátil, braille, libras, textura, etc)
			Tecnologias assistivas (audiodescrição, janela em libras, app Hand Talk, legenda, etc)
			Tecnologias ativas (Recursos eletrônicos, como: computadores, tabletes, softwares, etc)
			Equipamentos (Data Show, impressora braille, celular, computador, etc).
		Organização	Agrupamento
			mobiliário
			espaço
			tempo

Fonte: As autoras

Dadas as questões de adaptações, em que se insere o espaço da sala de aula e a organização dos elementos que a compõe, e no delineamento da acessibilidade e dos aspectos ergonômicos nas salas inclusiva, questionamos: De que modo a organização espacial da sala de aula se constitui uma ação pedagógica e didática? Será possível que estas possam contribuir para que a educação que ali se oferta seja de fato considerada inclusiva?

SALA DE AULA

A sala de aula regular é um espaço de encontro entre professores e alunos, local onde é ofertado o processo de ensino e aprendizagem, por meio de conteúdos planejados que dão espaço para o desenvolvimento de ações metodológicas, com auxílio de estratégias pedagógicas.

Compreendendo que a sala de aula é um espaço dinâmico e que o aluno surdo utiliza principalmente a visão para aprender, precisamos avançar para a compreensão dos parâmetros que norteiam as adaptações curriculares no contexto físico da sala de aula. Assim chegamos aos conceitos da ergonomia e da acessibilidade.

Sobre a **ergonomia**, pode-se dizer que ela está diretamente relacionada ao bem-estar das pessoas, as quais se encontram numa dada situação de interação. A sala de aula é um desses espaços, onde os sujeitos professor, aluno e mediadores interagem ativamente. Logo, a aprendizagem também está condicionada ao modo de como estes sujeitos são atendidos em suas necessidades.

O bem-estar acaba por favorecer o aprendizado. A ergonomia, enquanto campo de conhecimento, portanto, busca promover adaptações para efetivação de uma qualidade de vida, seja no aspecto físico, organizacional e/ou cognitivo.



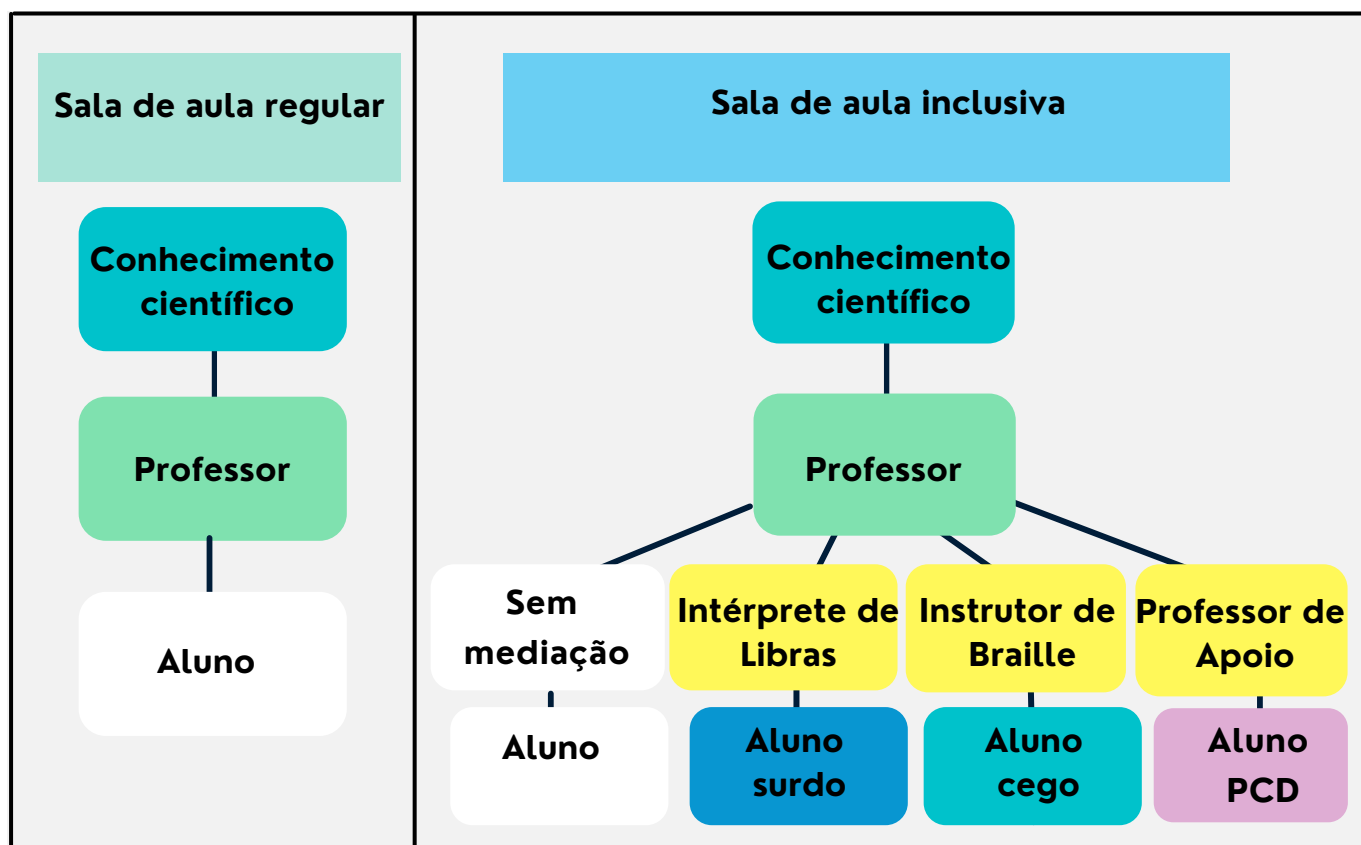
Quando falamos de bem-estar na sala de aula, estamos falando, por exemplo, do uso de uma cadeira que não prejudique a coluna vertebral depois de um determinado tempo; de a sala ter um quadro do tamanho adequado para registro das informações, sem prejudicar a visão de quem se senta na última fileira; de estar em um lugar que me permita aprender, sem ruídos. Essas condições, quando observadas, possibilitam ao aluno o acesso ao currículo.

Sobre a **acessibilidade**, tomamos o conceito da LBI (BRASIL, 2015), que registra a acessibilidade no que se refere à pessoa com deficiência como: [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços [...]. E para o atendimento da acessibilidade é preciso necessariamente desconstruir barreiras, inclusive, promovendo adaptações razoáveis para este fim.

Pensada, portanto, a partir do conceito de ergonomia, a sala de aula enquanto espaço deve ser equipada com mobiliário adequado e organizada operacionalmente para o “melhor” desenvolvimento das atividades do cotidiano escolar. Nessa perspectiva, a sala inclusiva utiliza de estratégias adaptadas para melhor atendimento dos alunos com deficiência, promovendo acessibilidade.

Como forma de representar um modelo de sala inclusiva em que se configurem as adaptações a partir dos princípios da ergonomia e sob o modelo da acessibilidade, apresentamos a figura 1, na qual podemos observar a estrutura de sala de aula regular e a estrutura da sala de aula inclusiva, conforme nossa proposta.

Figura 1: Estrutura de sala de aula regular e sala de aula inclusiva



Fonte: Oliveira (2012 apud Oliveira, 2015), adaptação das autoras.

Orientação: Momento destinado à reflexão. Deve-se perguntar aos participantes: Ao lecionar em sala inclusiva com presença de alunos surdos e ouvintes, onde podemos encontrar as diferenças?

Quando tomamos a presença do aluno surdo na sala de aula regular, devemos entender, de acordo com Matos et al. (2016), que aquele espaço é, conforme a legislação brasileira, um espaço escolar inclusivo. E, na perspectiva do ensino de alunos surdos, estas devem promover o espaço bilíngue (sala bilíngue), lugar onde passam a coexistir a Língua Brasileira de Sinais - Libras e a Língua Portuguesa escrita.

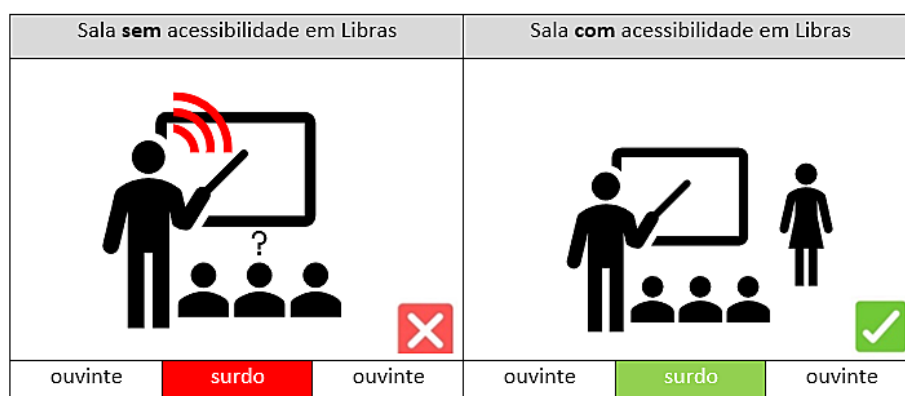
Ao abordar o bilinguismo, faz-se necessário compreender qual a diferença entre o seu uso na escola regular e na escola bilíngue. Na escola regular onde são matriculados os alunos surdos e ouvintes, a língua dominante é a língua portuguesa, sendo as aulas mediadas por intérprete de Libras. Já na escola bilíngue se ensina como primeira língua, a Libras, de que os surdos fazem uso para comunicação visual antes mesmo do ingresso na vida escolar, sendo adquirida como língua natural.

Segundo Oliveira et al. (2015, p.983),

[...] a educação bilíngue pressupõe a utilização da língua de sinais para o ensino de todas as disciplinas, o que implica a sua utilização como disciplina curricular nos vários níveis escolares. Assim, a língua portuguesa na modalidade escrita é ensinada como segunda língua, sendo dependente da aquisição da língua de sinais.

Assim, a sala de aula inclusiva da escola regular precisa atentar para a especificidade linguística deste aluno, que para ter acesso à aprendizagem nesse espaço precisa da presença de um mediador de comunicação, o tradutor/intérprete. A acessibilidade, nesse caso, começa com a oferta deste serviço ao aluno surdo (figura 2).

Figura 2: A sala de aula, com e sem acessibilidade



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

As ações de acessibilidade na escola inclusiva devem ser refletidas no fazer pedagógico, que se refaz e se adapta à situação apresentada. Tais ações, no campo da surdez, ocorrem quando as aulas contam com a presença do TILS; quando a escola se preocupa com a oferta de um curso básico de Libras; quando se faz atendimento extraclasse, se possível no contraturno; ou mesmo, quando esta providencia um aluno ouvinte para ser o apoiador do aluno surdo.

São estas adaptações curriculares que promoverão a acessibilidade pedagógica do aluno surdo, no contexto da escola regular, e, que, ao mesmo tempo, envolverão os outros sujeitos na sala de aula. É necessário, portanto, reconhecer a especificidade desse público para que seu processo de inclusão ocorra.

DIÁLOGO

Como conceitos da ergonomia e da acessibilidade, no campo das adaptações curriculares, podem contribuir na construção de uma sala inclusiva?





3º MOMENTO

O ESPAÇO VISUAL DA SALA E AS PERSPECTIVAS

Orientação: Antes de iniciar esse momento, deve-se perguntar aos participantes: Alguma vez você já pensou no seu posicionamento em sala? Quem já copiou e explicou na lousa simultaneamente? Depois, juntos, formador e participantes, devem observar o espaço de sala de aula.

Quadros (2006, p.58), considerando o contexto histórico de sua fala, diz que a presença dos alunos surdos na escola regular ainda carece de providências que impliquem propostas educacionais efetivas para esse público, as quais devem privilegiar a experiência visual. Em uma de suas pesquisas, ela registra que:

[...] Os relatos dos participantes permitem inferir o despreparo dos professores para lidarem com os alunos surdos. Isso pode ser observado pela ausência de procedimentos metodológicos que privilegiassem a experiência visual do surdo no processo de ensino e aprendizagem. Mediante esses depoimentos, percebe-se que a simples inserção do aluno surdo na escola regular não provoca mudanças nas atitudes dos professores, diferentemente do que vem sendo discutido nas propostas de integração/inclusão. Providências, nesse sentido, são prioritárias, frente à obrigatoriedade dessa proposta educacional ao aluno surdo.

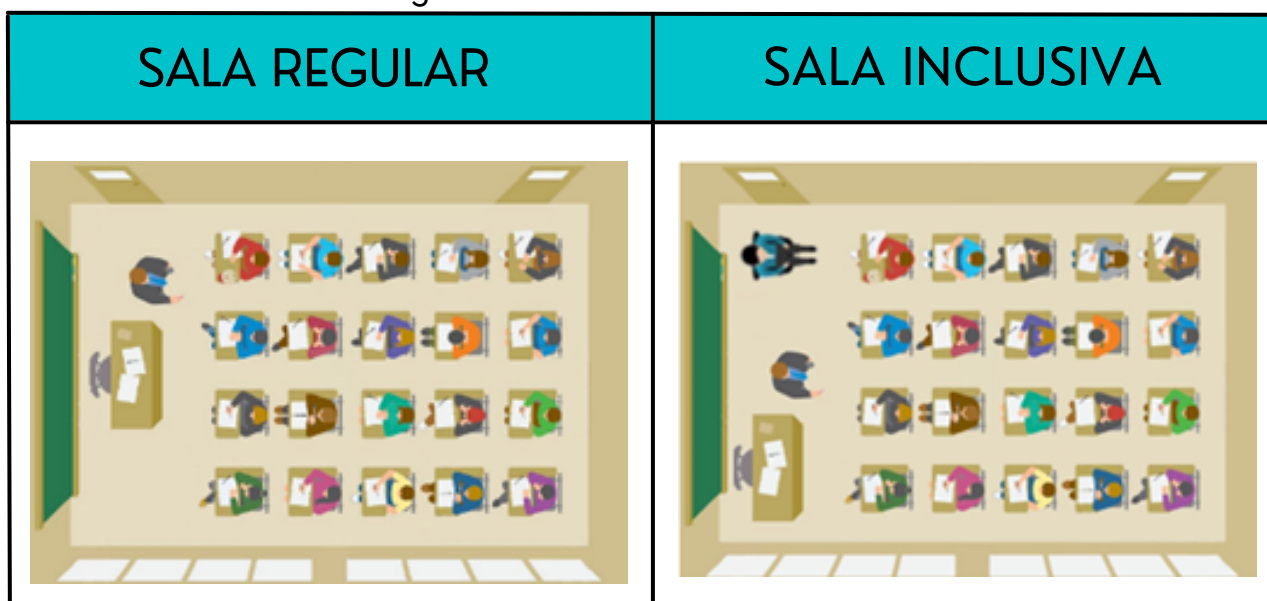
Noronha (2018, p.2), em tempo posterior, considera que todo processo de ensino passa por saberes dos professores que são adquiridos em suas experiências profissionais e durante sua trajetória contínua de formação,

ou seja, são as práticas pedagógicas em sala de aula. A referida autora diz que tais saberes, “[...] ao contato com um aluno com necessidades educacionais específicas, se modelarão ou se transformarão por completo”.

Essa prática pedagógica, em que pontuamos anteriormente a necessidade de adaptação para promover o acesso ao conhecimento, à aprendizagem, precisa tomar como partida, conforme afirma Quadros, a experiência visual do sujeito surdo. E nesse ponto, é importante estabelecer que a sala de aula regular, que pretende ser inclusiva, precisa olhar para seu interior, para o modo como se organiza espacialmente para atender seus estudantes.

Os aspectos visuais de sala de aula ganham visibilidade, quando, na presença do aluno surdo, a sala regular deixa de ter apenas o professor titular e passa a contar também com a presença do profissional o tradutor/intérprete de Libras. Para que ocorra, então, a organização em sala de aula inclusiva (figura 3), faz-se necessário a compreensão dos espaços visuais de cada usuário, seja ele, professor, TILS e/ou alunos surdos e ouvintes.

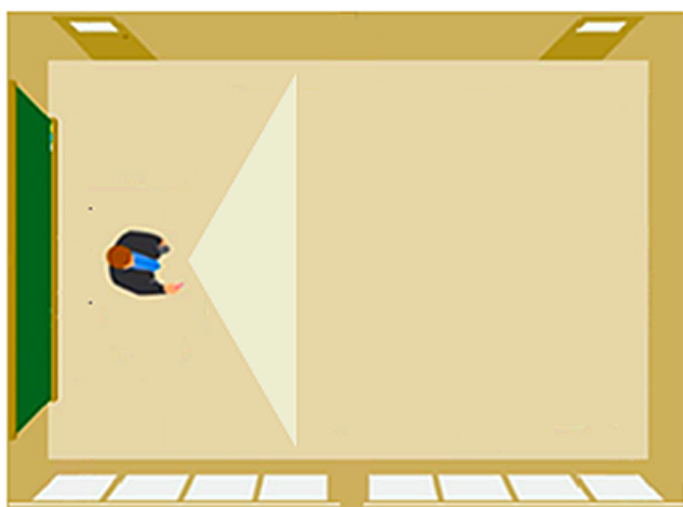
Figura 3: Sala de aula inclusiva



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

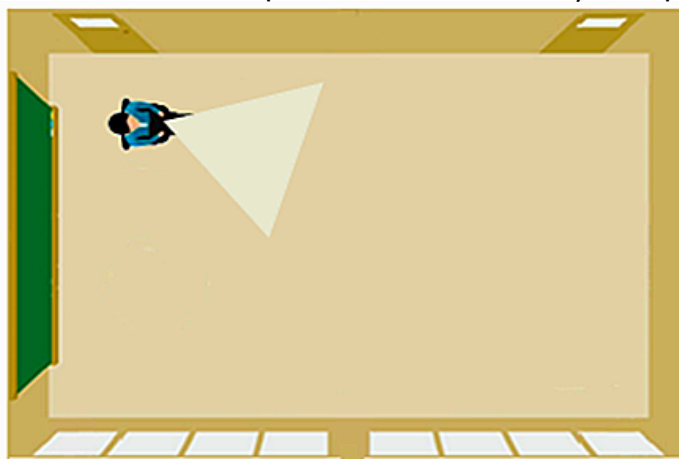
Cada sujeito da sala de aula inclusiva visualiza esse espaço a partir do lugar que nele ocupa. Consideramos, ao menos, três formas de enxergar a sala: uma, na visão do professor (figura 4), outra, na visão do TILS (figura 5) e, a outra, na visão do aluno (figura 6), para quem “[...] a informação não chega pela audição, [pois] o surdo é visual” (QUADROS, 2006, p.63).

Figura 4: A sala, no campo visual do professor



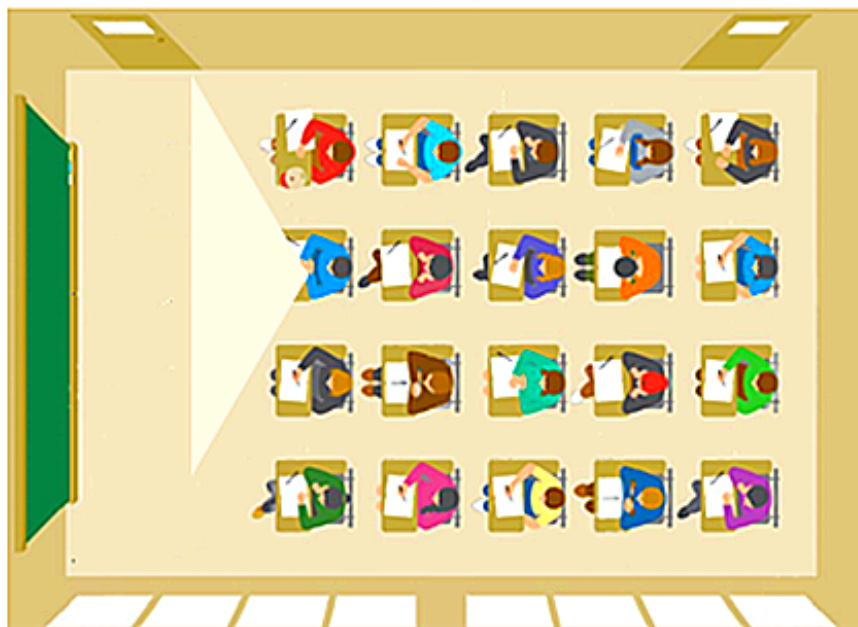
Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Figura 5: A sala, no campo visual do tradutor/intérprete



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Figura 6: A sala, no campo visual dos alunos surdos e ouvintes

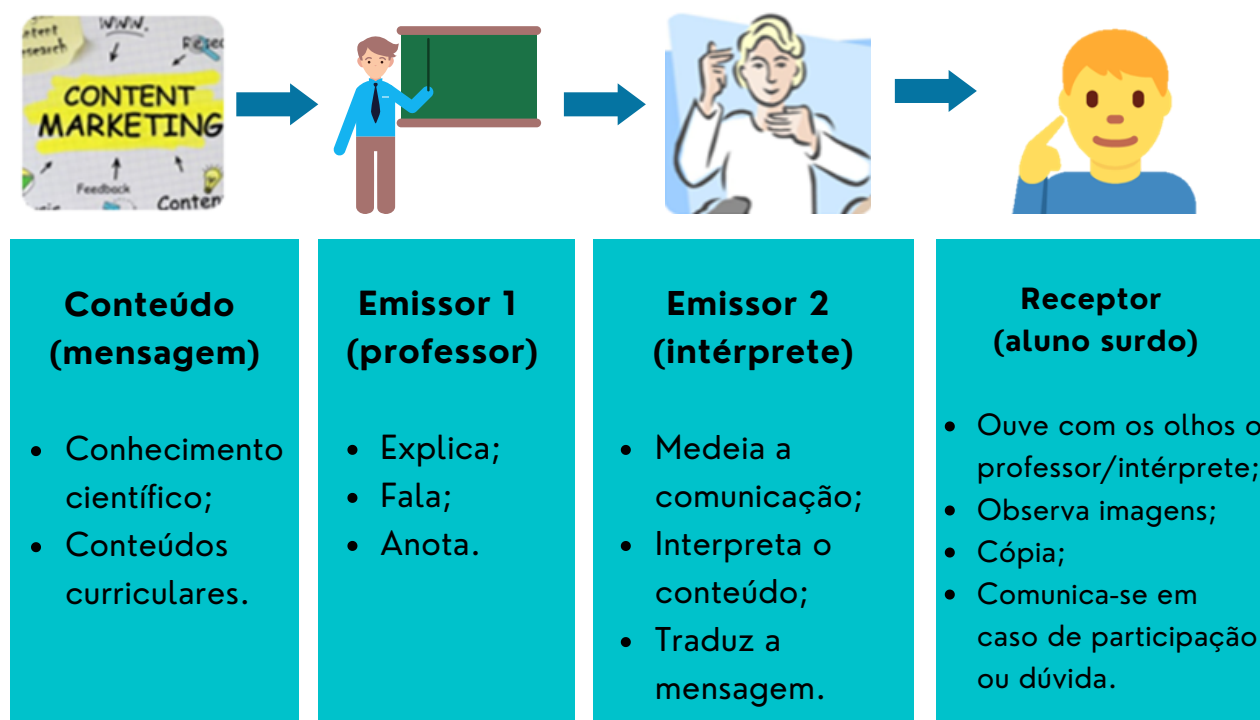


Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Gaudiot (2010) justifica a inclusão do aluno surdo na escola regular, mas destaca que a Declaração de Salamanca de 1994 propõe a matrícula de pessoas com deficiência em escolas regulares, “[...] desde que se respeite as diferenças” (p. 38). Assim, também essa autora propõe que as diferenças sejam objeto da ergonomia no contexto da sala de aula.

Para compreensão dos princípios ergonômicos na sala de aula, é preciso, ao olhar para ela, perceber a dinâmica que envolve a aprendizagem do aluno surdo. Logo, entendemos que os gestos dos professores ajudam o entendimento do assunto, mas, estando o aluno surdo atento ao intérprete, o contexto das expressões e os gestos do professor acabam sendo “perdidos” ou adquiridos de forma fragmentada (GAUDIOT, 2010), uma vez que a situação de comunicação envolvendo o ensino-aprendizagem do aluno surdo tem uma complexidade maior em relação àquela experimentada pelos ouvintes (figura 7).

Figura 7: Dinâmica de ensino-aprendizagem com aluno surdo em sala de aula inclusiva



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

O professor comprometido com o processo inclusivo e sua formação promove em tempo uma transformação, e seu envolvimento repercute em seu planejamento e produção. E com um olhar bem fundamentado pode chegar às práticas pedagógicas de forma diferenciada no espaço de formação, agregando valor positivo ao seu fazer pedagógico. Entendemos que um profissional de sala inclusiva é, acima de tudo, um sujeito transformador.

Reconhecer a diferença cultural entre surdos e ouvintes é o primeiro passo para um caminhar juntos, para promover essa mudança. Temos de ter em vista uma proposta educacional inclusiva que envolva o campo visual e reconheça os seus avanços no âmbito de uma didática, que denominamos **didática visual**.

DINÂMICA

Organização da turma

Turma com 15 participantes: 7 pessoas utilizarão tampão de ouvido e o restante não.

Turma com 30 participantes: 10 pessoas utilizarão tampão de ouvido e o restante não.

Observação: Depois de 5 minutos, os comandos serão revelados e as posições serão trocadas (quem não utilizou os tampões agora utilizará).

Orientação: Após realizar a organização das duas equipes, o formador irá apresentar dois comandos, em duas posições diferentes: a primeira de frente e a segunda de costas.

1º Comando: responda (de frente):

Hoje o dia está chuvoso?

SIM () OU NÃO ()

2º Comando: movimente-se (de costas):

Cumprimente o amigo de sala mais próximo de você.

DIÁLOGO

Quais são as observações do primeiro grupo? E quais foram os desafios do segundo grupo? Ouvir os comandos foi desafiador para os grupos com os ouvidos tampados, certo? Agora, imagina viver no silêncio e ficar tentando a todo instante tentar decifrar os movimentos dos lábios. Como educadores, precisamos ter a clareza de que os profissionais TILS são grandes colaboradores no processo de inclusão.

MÃO NA MASSA

Marque as respostas mais adequadas:

1) Estamos no início do ano letivo, você recebeu três turmas, mas uma, entre as três, tem dois alunos surdos. O que você deve fazer?

- ☐ Não aceitar! E se recusar a receber os alunos, pois sua formação não lhe preparou.
- ☐ Planejar a aula sem se importar com os alunos surdos. Os interessados são eles!
- ☐ Ministrando a aula normalmente e não se importar em verificar o nível dos alunos. Eles precisam se esforçar mais que os demais.
- ☐ Adaptar o planejamento, conforme as necessidades da sala inclusiva. Será previsto o profissional TILS e o material será providenciado com antecedência para os intérpretes e alunos surdos.

2) A formação continuada está prevista por lei. Quanto a isto, você, enquanto professor:

- ☐ Planeja as aulas sem levar em conta a realidade da turma.
- ☐ Verifica quais os cursos ofertados no momento e que possa contribuir com sua formação.
- ☐ Verifica quais os cursos ofertados no momento e que possa contribuir com sua formação.
- ☐ Exige um profissional capacitado para planejar as aulas para você.
- ☐ Busca por informações, sobre as necessidades educacionais dos alunos com necessidade educacional específica.
- ☐ Troca ideias com colegas e setores responsáveis pelo processo inclusivo no espaço escolar.
- ☐ Copia e cola o plano do seu colega, pois ele já lecionou em sala inclusiva.



4º MOMENTO

AVALIAÇÃO

Vamos para nossa avaliação?

Contamos com sua participação!

Suas respostas podem fazer toda diferença para os ajustes necessários ao curso. Com base no seu ponto de vista, será possível mensurar o nível de satisfação dos participantes.

A avaliação tem por objetivo apresentar o retorno do desenvolvimento e análise dos encontros. Ela será a base de verificação sobre as expectativas em relação ao seu aprendizado e as contribuições desse material para sua formação.

AVALIAÇÃO											
II UNIDADE TEMÁTICA											
MÉTODO											
Conteúdo abordado											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Domínio do assunto											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Comunicação oral e visual											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
CONTEÚDO											
Apresentação do material											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Qualidade do material											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Clareza na exposição											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
IMPACTO											
Criatividade e adequação											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Conceitos, esclarecimentos e entendimento do participante											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Resultados alcançados											
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo		
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	

ANOTAÇÕES



TAREFAS A FAZER	TAREFAS CONCLUÍDAS	TAREFAS PENDENTES
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐
☐	☐	☐

[illegible]

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n. 5.626, 22 de dezembro de 2005.** Dispões sobre a língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 03 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, nov. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11>. Acesso em: 10 dez. de 2021.

_____. **Decreto nº 8.752, de 9 maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Portaria nº 948, de 07 de janeiro de 2008.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> . Acesso em: 10 jan. 2020.

_____. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 02 out. 2019.

_____. **Lei nº 13.146, de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 18 dez. 2021.

REFERÊNCIAS

_____. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Brasília, 2001b.

_____. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> . Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. **Resolução nº 1 de 27 de outubro de 2020.** Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC – Formação Continuada). Disponível em: < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724>> . Acesso em 18 dez. 2021.

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. **Sala de aula para surdos:** recomendações ergonômicas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Design, 2010.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; NORONHA, Lilian. Formação Continuada de professores do ensino médio para a educação inclusiva: IFAM/CMC. In: Anais do 8º Congresso Brasileiro de Educação Especial, 2018, São Carlos. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.science/cbee/cbee-2018/papers/formacao-continuada-de-professores-do-ensino-medio-para-a-educacao-inclusiva--ifam-cmc>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

MATOS, Maria Almerinda de Souza et al. Políticas públicas, produção de conhecimento e o desafio em torno de práticas inclusivas no contexto amazônico. In: MOURÃO, Arinda Rachel et al. (org.). **Tópicos em Educação Especial e Inclusiva no Contexto Amazônico.** Manaus: EDUA, 2016. p. 34 – 36.

OLIVEIRA, Verônica Rosemary et al. Educação dos surdos: escola inclusiva versus escola bilíngue. **Revista de Educação Educere et Educare**, v. 10, n. 20, p. 887-896, jul./dez. 2015. Disponível em: < <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12666> >. Acesso em: 15 jan.2020.

QUADROS, Ronice Müller. **Estudos Surdos I.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

III UNIDADE TEMÁTICA

Didática Visual e Campo Visuoespacial

Nesta unidade, discorreremos sobre barreiras em sala de aula que impactam o aprendizado do aluno surdo. E, em seguida, decorrência vamos compartilhar estratégias da comunicação visual pedagógica, método que chamamos de didática visual.



1º MOMENTO

DIDÁTICA VISUAL

Orientação: A fim de estabelecer com os participantes um diálogo sobre a importância da didática no contexto da educação inclusiva, propor as seguintes questões:

Em salas inclusivas com aluno surdo, como a didática pode colaborar para melhor desenvolvimento da aula?

Compreendendo que o aluno surdo é visual, como você utiliza o espaço visual de sala de aula?

Dentro do contexto da didática, é necessário considerar que há aspectos que podem colaborar com a ação pedagógica dos professores de salas inclusivas. Destacamos que, dentre estes, estão as ferramentas visuais, que, se consideradas dentro de um planejamento, poderão tornar o currículo escolar acessível ao público surdo, diante de suas necessidades educacionais específicas.

Denominamos didática visual a utilização qualitativa de aspectos e estratégias visuais do/no espaço escolar de aprendizagem em uma perspectiva inclusiva, considerando-se que a exploração inteligente e bem orientada desses elementos venha a corroborar para que prática educativa seja, além de efetiva, também inclusiva. Entendemos que a didática visual apresenta possibilidades educacionais à medida em que oferece aos professores orientações para melhor utilização do espaço visual de salas inclusivas.

Em outras palavras, a didática visual traz acessibilidade ao processo inclusivo, podendo fazer a diferença no trabalho escolar com os alunos surdos, pois dialoga diretamente com o campo visuoespacial, por meio do qual nossos alunos surdos se expressam e também aprendem.

Pensar nessa didática que propomos e caracterizamos como visual é compreendê-la a partir da concepção de Libâneo (2017, p.10), quando descreve que a didática [...] estuda os objetivos, os conteúdos, **os meios** e as condições do processo de ensino tendo em vista **finalidades educacionais, que são sempre sociais** (grifos nossos).

Diante dos desafios presentes na formação continuada, tomamos de Tagger (1994 apud GAUDIOT, 2010) algumas sugestões didáticas, as quais se inserem na proposta da didática visual, para os professores que atuam em salas inclusivas na presença de alunos surdos. Estas são apresentadas no quadro 1:

Quadro 1 - Estratégias visuais inclusivas

Estratégias visuais inclusivas
Posicionamento/localização dos profissionais na sala de aula.
Organização da sala.
Atenção na articulação da fala e direcionamento do olhar.
Criação de um espaço específico para avisos e informações.
Adoção de agenda individual na qual serão anotadas as atividades e avisos.
Atenção, no ato da escrita no quadro, às explicações síncronas, as quais devem ser evitadas nesse momento.
Cuidado na escolha de um lugar na sala. Procurar colocar o aluno afastado das janelas, já que a iluminação pode prejudicar a visualização.
Destaque às informações mais importantes com marcações singulares, como o uso de letra de forma e/ou diferentes cores do pincel (preto, vermelho e azul).

Fonte: Organização das autoras.

Quadro 1 - Estratégias visuais inclusivas (continuação)

Estratégias visuais inclusivas
Uso de filmes legendados.
Sinalização visual de locais, principalmente dos perigosos.
Disponibilização das aulas gravadas, sempre que ocorrerem.

Fonte: Organização das autoras.

Esclarecemos que para a tomada de notas na agenda, é importante que se faça uma seleção com os alunos ouvintes para que um deles possa desempenhar a atividade de apoiador, função em que auxiliará o aluno surdo nessa tarefa.

Lembramos que o quadro 1 traz apenas estratégias que se ligam aos aspectos visuais. Por isso, é bom lembrar que o trabalho com esse aluno envolve outros aspectos pedagógicos em que destacamos, por exemplo, a adaptação do tempo, considerando-se as avaliações e atividades escolares como as de cópia do quadro.

Outras questões como o uso de microfones inspiram cuidado. Há situações em que as atividades escolares ocorrem fora da sala de aula, em espaços como auditórios. No caso de alunos que usam aparelho auditivo, faz-se necessário que o professor se certifique de que o microfone esteja na mesma frequência do aparelho auditivo.

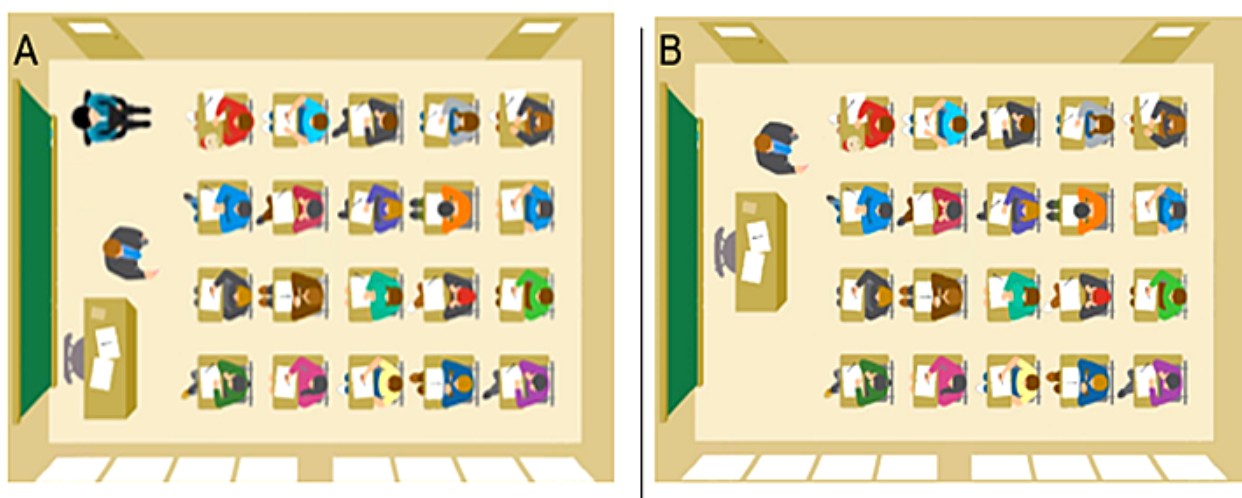
Sala inclusiva

Orientação: Antes de iniciar a fala sobre o tema, perguntar aos participantes:

Existe diferença entre sala regular e inclusiva? Relembrar que essa diferença já foi descrita na unidade II.

É importante o professor saber que as questões visuais são desafios educacionais constantes para o aluno surdo, sendo uma problemática que se revela cotidianamente em salas inclusivas (figura 1), as quais comportam professores, intérpretes de Libras e alunos, sejam eles surdos e ouvintes.

Figura 1 - Sala Inclusiva (A) e sala regular (B)



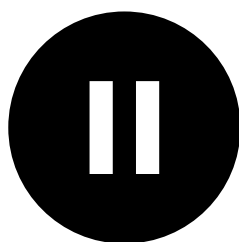
Fonte: imagem de <https://www.istockphoto.com/br/vetor/vista-de-cima-de-alunos-a-estudar-em-sala-de-aula-gm158346823-21936731>, adaptação das autoras.

Neste espaço, os conteúdos curriculares são ministrados e a interação didática do espaço acaba sendo fragilizada, pois o aluno surdo precisa se organizar no contexto da dinâmica do espaço de sala de aula.

As explicações do professor, a interpretação do intérprete de Libras e o conteúdo a ser copiado/observado, tudo em fração de tempo. O aluno, simultaneamente, faz o movimento da cabeça/corpo e o direcionamento do olhar.

A este respeito Gaudiot (2010) ressalta que a dinâmica de sala de aula para os alunos surdos exige dele uma divisão de espaço. Já que as informações são adquiridas visualmente, sua atenção, conforme a autora, se divide “[...] entre o professor, o intérprete, o quadro negro ou slides além de tomar notas e ler o assunto ao mesmo tempo.” (2010, p.74). Nesse processo, de intenso movimento, este aluno está sujeito a “perder” o assunto abordado em sala.

INTERVALO
Pausa de 10 minutos!





2º MOMENTO

ORIENTAÇÕES INCLUSIVAS

Orientação: Proceder a apresentação das orientações inclusivas e, ao final, questionar os participantes sobre quais dentre as mostradas fazem parte do seu planejamento.

A entrada do aluno surdo na escola regular, assim como a de todo aluno com necessidades educacionais específicas, exige do sistema educacional e dos agentes escolares ações efetivas antes mesmo de sua entrada em sala, antes mesmo de a aula acontecer para que a inclusão ocorra.

Assim, trazemos orientações voltadas para a inclusão do aluno surdo, que dizem respeito às várias instâncias da escola, envolvendo principalmente o professor. Estas orientações que chamamos inclusivas são importantes para que este sujeito, que se comunica por meio do campo visuoespacial, ao adentrar o espaço de sala de aula, consiga aprender igual aos outros colegas de turma. Estas orientações estão em três blocos: identificação, solicitação e estratégia. Juntas, funcionam como um protocolo de atendimento inicial.

1º A identificação

No início do ano letivo é recomendável que a escola já tenha identificado os estudantes que precisarão de atendimento especializado. Em algumas instituições essa informação chega ao professor via equipe pedagógica, em outras, por núcleos de apoio ou equipes multiprofissionais. Quando nenhuma das situações ocorrerem caberá ao professor fazer essa identificação.

Já na presença de aluno surdo, o professor deve verificar se o aluno utiliza a libras, se faz uso de aparelho de amplificação, se utiliza aplicativos de traduções em libras e/ou se faz uso da leitura labial. É a partir desse processo que outras ações acontecerão.

2º As solicitações

Identificada a presença do aluno surdo e suas especificidades comunicacionais, é hora de fazer algumas solicitações. Destacamos, por exemplo:

- Reunião com setor de acessibilidade (equipe multifuncional);
- Solicitação de acompanhamento do profissional Tradutor/intérprete de libras (TILS) na vida escolar do aluno surdo para atender suas necessidades comunicacionais quando em:
 - a) espaços como sala, laboratório, biblioteca e xérox/reprografia;
 - b) tarefas escolares como atividades em grupo, apresentações internas e externas, visita técnica, palestras;
 - c) situação de formalização de documentos, aquisição de materiais etc;
 - d) adaptação de materiais (gravação de vídeo em libras) e contribuição na adaptação do planejamento de atividades escolares.
- Presença de dois TILS por turma, com revezamento de 20 em 20 minutos. E, sendo possível, providenciar um terceiro profissional para deixar de apoio, para substituição em caso de falta do profissional titular da turma;

- Reunião com os pais e/ou responsável, a fim de verificar o histórico escolar do aluno e solicitar uma agenda para anotações (data e eventos importantes) para que o responsável possa acompanhar a vida escolar do aluno;
- Solicitação de uma avaliação de sondagem, em prol da investigação dos desafios escolares do aluno surdo (leitura, escrita e cálculo).

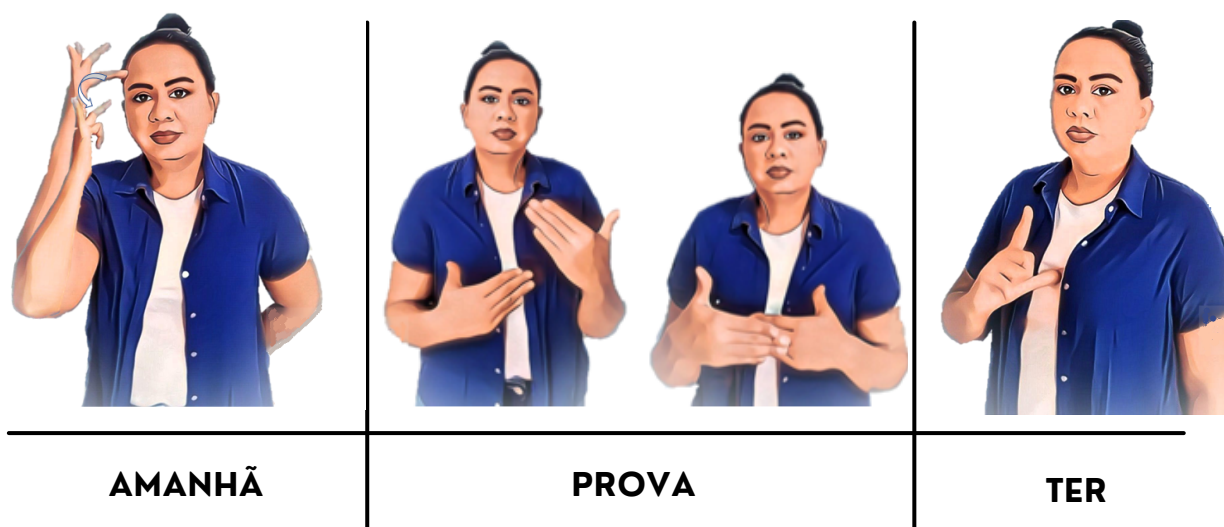
3º As estratégias preliminares

O terceiro momento diz respeito às ações anteriores ao momento da aula, as quais, se bem executadas, poderão ajudar o professor a incluir o aluno surdo em sala.

- Disponibilização prévia do material das aulas ao profissional TILS, na perspectiva de fornecer o conteúdo das aulas, de modo, que oportunize àquele profissional o estudo dos sinais para o êxito da interpretação em libras;
- Entrega prévia de conteúdo impresso das aulas ao aluno surdo;
- Oferta ao aluno surdo, de um cronograma de atendimento (contraturno), com o acompanhamento do TILS;
- Apresentação de uma lista de palavras técnicas da disciplina que serão utilizadas na aula em letras de forma e em cores de destaque. E, se possível, em um espaço de fácil acesso visual, isto é, no campo direito da lousa, para melhor visualização do intérprete e do aluno surdo. Ela também deverá ser apresentada a ele na forma impressa;

- Organização de um mural de uso coletivos entre as disciplinas, com as datas importantes - provas, entrega de trabalhos, apresentações, feriados, férias, entre outros;
- Atualização diária do mural, sob a responsabilidade do líder e vice-líder da sala;
- Seleção de um colega apoiador. Não precisa ser o mesmo para todas as disciplinas. Melhor ser aleatório! Este colega será aquele que está ali para recordar as datas importantes, como, por exemplo, lembrá-lo de que "Amanhã tem prova!" (figura 2).

Figura 2 - Aviso importante



Fonte: as autoras.

No ato de comunicar, o aluno ouvinte pode realizar a comunicação em sinais e/ou a comunicação visual (mostrando o cronograma no mural) e/ou o auxílio do tradutor/intérprete de libras, para informar o aluno surdo.



3º MOMENTO

OS DESAFIOS DA SALA INCLUSIVA

Orientação: Solicitar que os participantes listem os desafios da inclusão.

Pedir a eles que rememorem a organização da sala de aula e depois respondam: Quais os espaços utilizados pelo professor, TILS e aluno surdo?

A entrada do aluno surdo na sala de aula é marcada por tensões, mas principalmente por dúvidas dada a condição linguística do aluno e ainda a falta do domínio de libras por parte do professor.

Figura 3: Dúvidas dos professores



Fonte: As autoras.

Freitas (2014) diz que diante da diversidade linguística no espaço escolar, fazem-se necessárias metodologias de ensino diferenciadas, respeitando-se as diferenças comunicacionais dos dois públicos ali presentes: ouvintes e surdos.

Os métodos de ensino devem ser adaptados conforme a realidade, por isso a educação precisa rever os aspectos visuais, dentro de um espaço que foi preparado para receber os ouvintes em suas especificidades.

As estratégias educacionais, sejam no posicionamento do professor em sala, no emprego de imagens utilizadas nas aulas, nas ações práticas em aula e extraclasse, entre outras, precisam almejar as adaptações e utilizações de uma didática que proporcione a autonomia dos surdos.

Para Silva (2014), a comunicação e as atividades escolares desenvolvidas com alunos surdos precisam de atenção nas palavras, expressões e termos, sendo as adaptações mais que necessárias, já que nem todas as palavras na língua portuguesa são sinalizadas na Libras.

As mesmas adaptações também devem ocorrer nos currículos, metodologias e avaliações, de modo que possam promover o direito ao ensino equiparado, de forma a tornar o espaço escolar um ambiente em que o aluno surdo possa permanecer e obter resultados exitosos (Silva, 2014).

Soares e Silva (2015, p.12) recomendam ao professor:

Evitar falar e escrever no quadro ou mostrar conteúdo em apresentação multimídia ou outra forma de exposição visual ao mesmo tempo, pois a aprendizagem e a comunicação da pessoa surda é visual espacial, portanto ou olha para o TILS para compreender a explicação do docente, ou olha para o material, ou copiar. Não é possível olhar para o intérprete, ver uma imagem e copiar ao mesmo tempo, pois usa apenas o sentido da visão para operacionalizar o recebimento das informações. Diferente do ouvinte que é de dois sentidos funcionais (audição e visão) para captarem as mensagens ao mesmo tempo.

Acontece que o formato de sala de aula, geralmente em fileira, interfere em muitos momentos, na organização do tempo cronológico do aluno surdo, pois as anotações e as ações a serem desenvolvidas por ele são muitas e ocorrem ao mesmo tempo.

Observar imagens e as expressões faciais e corporais do professor, ver a lousa, copiar o conteúdo e ouvir as mãos dos intérpretes, traduzindo o assunto da aula, são tarefas, que juntas, tornam complexo o processo de aprendizagem desse aluno (figura 4). Também ele não sabe o que fazer.

Figura 4: Dúvidas do aluno surdo



Fonte: As autoras.

Como podemos observar, é um grande desafio para o aluno surdo desenvolver todos os movimentos para registrar o conteúdo sem perder alguma informação. Por isso, a importância dos colegas com o mural e o repasse das informações atualizadas.

Além da relação professor-aluno, a condição do aluno surdo aponta para a necessidade do tradutor/intérprete de Libras. Para Albres (2015), as atribuições do profissional TILS na área educacional envolvem ações técnicas e pedagógicas. Isto é, se de um lado lhe é exigido o domínio de duas línguas e o serviço da tradução, por outro, este se dá em um contexto diferenciado que exige outras competências.

Na condição de quem trabalha em sistema de cooperação em sala de aula com o professor, e que junto ao seu setor exerce funções mais técnicas como intérprete em eventos, produção do material instrucional em Libras, entre outros, o TILS é um profissional que, envolvido no ato comunicacional, deve estar sempre se aperfeiçoando.

Como o trabalho na sala inclusiva exige essa ação conjunta entre o professor e ele, TILS, é necessário, portanto, discriminar as funções de cada um nesse cenário também.

Além de dirimir as dúvidas deste profissional (figura 5), sobre o que é de sua competência, essa ação permitirá que ele centre seus esforços no aprimoramento do seu trabalho, que se refletirá na qualidade da comunicação em sala de aula, na compreensão dos conteúdos ministrados, fundamental para o aprendizado do aluno surdo.

Figura 5: Dúvidas dos TILS



Fonte: As autoras.

Orientações aos professores

No contexto de qualquer sala de aula, cabe ao professor a ação de aprendizagem do aluno. Assim, a partir dos aspectos e estratégias visuais que consideramos no âmbito dessa proposta, trazemos algumas orientações, no quadro 2, que podem ser adotadas em sala inclusiva com a presença de alunos surdos.

Quadro 2: Orientações gerais no contexto da didática visual aos professores de sala inclusiva

ORIENTAÇÕES GERAIS AOS PROFESSORES DE SALA INCLUSIVA

O que devemos saber antes?

- O campo de aprendizagem do aluno é visuoespacial;
- Os tipos de linguagens que o aluno surdo utiliza: oral, escrita, língua de sinais, gestos padronizados, leitura labial, entre outros, para facilitar a comunicação entre docente e aluno.

O que devemos evitar sempre?

- Falar de costas quando escrevemos na lousa, pois é extremamente complicado o aluno olhar para o profissional TILS, copiar no caderno e olhar para lousa;
- Iniciar qualquer fala, na presença do surdo, sem o intérprete;
- Iniciar qualquer fala, na presença do surdo, sem o intérprete estar posicionado;
- Falar direcionado ao intérprete de libras, e não para o aluno.
- Falar quando estiver realizando apresentação multimídia ou outra forma de exposição visual.
- Realizar ditados de conteúdos na presença do surdo.

O que devemos adotar na prática?

- Empatia com a condição do outro;
- Permissão ao aluno surdo para que ele escolha um lugar em que possa visualizar com qualidade o TILS, os materiais visuais e o professor;
- Registro antecipado de anotações importantes na lousa, incluindo comunicação externa e interna (datas das provas, entrega de trabalhos, apresentações, atividades práticas, cursos, oficinas, e demais cronogramas).

Fonte: Silva (2014), modificado pelas autoras.

Quadro 2: Orientações gerais no contexto da didática visual aos professores de sala inclusiva (continuação)

O que devemos adotar na prática?

- Estratégias diferenciadas para avaliar, permitindo ao aluno expressar-se por meio de sinais, gestos, mímicas, Libras, desenhos, escrita, entre outros;
- Aulas com recursos gráficos e visuais, como cartazes, gravuras, fotos e outros;
- Filmes, vídeos ou material com áudio, legendados, com letras de tamanho, cor e estilo de fonte de fácil visibilidade para melhor acesso ao material.

O que é possível adequar?

- Provas, com perguntas sucintas e objetivas, vocabulário claro, com palavras que facilitem a compreensão, porém sem alterar o conteúdo;
- Avaliação diferenciada quanto ao número de questões, sem alterar o conteúdo, conforme necessidade do aluno;
- Conteúdo didático voltado à realidade da pessoa surda, com linguagem simples, direta, completa e, se possível, na estrutura da libras;
- Materiais multimídias, com atenção à cor do fundo e das letras.

A luminosidade da sala, quando necessário.

O que devemos fazer?

- Quando não entendermos o que um surdo está falando, solicitar repetição se for preciso;
- Quando quisermos melhorar a comunicação, utilizar expressões faciais e corporais;
- Quando o surdo não estiver atento, antes de iniciar uma comunicação oral, tocar levemente seu ombro ou balançar sua mão no campo visual dele.

Didática visual: uma proposta pedagógica

Orientação: Apresentar a didática visual como proposta pedagógica. Verificar, junto aos participantes, quais aspectos visuais em sala de aula são valorizados por eles.

A didática visual apresenta uma proposta pedagógica enquanto valorização dos aspectos visuais de sala de aula inclusiva; além de contribuir com o planejamento de professores, oportuniza a mediação de estratégias visuais no ambiente educacional, diante das diferenças comunicacionais de dois públicos, surdos e ouvintes.

Segundo Libâneo (2017, p.36):

[...] a Didática se caracteriza como mediação entre as bases teórico-científicas da educação escolar e a prática docente. Ela opera como que uma ponte entre o "o quê" e o "como" do processo pedagógico escolar. A teoria pedagógica orienta a ação educativa escolar mediante objetivos, conteúdos e tarefas da formação cultural e científica, tendo em vista exigências sociais concretas; por sua vez, a ação educativa somente pode realizar-se pela atividade prática do professor, de modo que as situações didáticas concretas requerem o "como" da intervenção pedagógica.

Desse modo, compreende-se, que a didática visual realiza a mediação de ações acessíveis, em prol da educação escolar e da prática do professor, diante dos desafios de lecionar em sala inclusiva.

São ações educativas escolares que reconhecem que os olhos dos surdos assumem a função da audição, por onde adquirem informações através dos aspectos visuais como: os movimentos, deslocamentos, imagens, expressões faciais e corporais, etapas, informações visuais, assim como a organização do espaço, de modo a oportunizar a visualização total do ambiente.

A este respeito, observa-se que a organização tradicional de sala de aula (figura 6) não vem respondendo às necessidades do público visual de escolas inclusivas.

Figura 6: Sala de Aula



Fonte: <https://www.ifrr.edu.br/campi/boa-vista/cursos/graduacao/tecnologia-em-saneamento-ambiental/infraestrutura>

Compreende-se que o investimento com equipamentos tem como foco melhorias nas atividades didáticas e ações pedagógicas, visando garantir condições bem-sucedidas no ensino e assim assegurar o bem-estar dos professores e alunos no processo de aprendizagem.

Nesta perspectiva, a tarefa de organizar o ambiente físico para Fransolin et al. (2016, p.02) "[...] é prática importante para as pessoas com deficiência auditiva", sendo algo necessário. Como nos coloca Martins (2012, p.3663),

[...] Como usuários de um prédio escolar, professores, alunos, pais e funcionários são os melhores avaliadores do ambiente físico das escolas. O conforto ambiental é o maior aliado da pedagogia. O aprendizado vem da percepção e da concentração dos alunos na sala de aula [...] elementos de percepção direta (física) e indireta (intangível) que informam e têm valor simbólico e propor layouts para salas de aula acessíveis a alunos surdos.

As questões ergonômicas de sala de aula são percepções de adequações no ambiente educacional, de modo a garantir o acesso dos alunos às atividades globais. É uma atividade de repensar os espaços arquitetônicos de modo que "[...] auxiliem o processo de projeto e promovam a interação do surdo com o ambiente construído". (FRANSOLIN, 2016 p.16).

Os surdos têm necessidades da observação, já que é por meio do olhar que eles recebem a maior parte das informações no ambiente, ou seja, conteúdos ministrados, trabalhos apresentados, informações e/ou orientações escolares (didáticas-pedagógicas), debates, rodadas de conversas, entre outros, passam por sua percepção.

O ideal seria que o aluno surdo fosse visto mediante a perspectiva visual. A compreensão dos ouvintes sobre a importância do campo visual para público surdo promoveria uma outra forma de organizar o espaço, por meio da qual todos ganhariam.

O professor que compreende a singularidade de seu aluno surdo compromete-se, no contexto dessa didática, a adotar ações que promovam a inclusão deste no espaço da sala de aula (figura 7), indo da preocupação com o material didático até a busca por formação específica. Como resultado dessas ações, quebram-se barreiras, promove-se a acessibilidade e contribui-se para permanência e êxito deste público na escola.

Figura 7: Ações do professor



Fonte: As autoras.

MÃO NA MASSA

Esta atividade será feita em grupo.

Recomenda-se:

Turma com 15 participantes: três grupos de 5 pessoas.

Turma com 30 participantes: quatro grupos de 6 pessoas.

Descrição:

Cada grupo deverá construir um mapa sobre didática visual, com as estratégias visuais apresentadas nesta unidade e socializá-lo, em seguida.

Observação: material de apoio fornecido pelo formador.



4º MOMENTO

AVALIAÇÃO

Vamos para nossa avaliação?

Contamos com sua participação!

Suas respostas podem fazer toda diferença para os ajustes necessários ao curso. Com base no seu ponto de vista, será possível mensurar o nível de satisfação dos participantes.

A avaliação tem por objetivo apresentar o retorno do desenvolvimento e análise dos encontros. Ela será a base de verificação sobre as expectativas em relação ao seu aprendizado e as contribuições desse material para sua formação.

AVALIAÇÃO										
III UNIDADE TEMÁTICA										
MÉTODO										
Conteúdo abordado										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Domínio do assunto										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Comunicação oral e visual										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CONTEÚDO										
Apresentação do material										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qualidade do material										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Clareza na exposição										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
IMPACTO										
Criatividade e adequação										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conceitos, esclarecimentos e entendimento do participante										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resultados alcançados										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ANOTAÇÕES



TAREFAS A FAZER	TAREFAS CONCLUÍDAS	TAREFAS PENDENTES
	☐ ☐ ☐ ☐	☐ ☐ ☐ ☐

[illegible]

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. **Sala de aula para surdos**: recomendações ergonômicas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Design, 2010.

FRANSOLIN, Liorne Cristina et al. O jogo da arquitetura: discutindo a acessibilidade para surdos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO/SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE INTEGRAL, 6 e 7., 2016, Recife. **Anais...** Recife: ENEAC, 2016. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2016/ACE06-4.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

FREITAS, Maly Magalhães. Práticas de ensino da língua portuguesa para alunos surdos. In: MONTEIRO, Maria Inês Bacellar et al. (org.). **Relações de Ensino na Perspectiva Inclusiva**: alunos e professores no contexto escolar. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014. p. 187 – 209.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2017.

MARTINS, Laura Bezerra; GAUDIOT, Denise Mariasimões Freire. **The deaf and the classroom design**: a contribution of the built environmental ergonomics for the accessibility. 2012. Work, 41(Supplement 1), 3663-3668. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22317280/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

SILVA, Carla Regina André. **Manual para o professor**: Orientações para o exercício da docência em sala de aula regular com alunos surdos inclusos. Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/69963114-Manual-para-o-professor-orientacoes-para-o-exercicio-da-docencia-em-sala-de-aula-regular-com-alunos-surdos-inclusos.html>> . Acesso em: 15 nov. 2020.

SOARES, L.; SILVA, ANA PAULA ANDRE. Adaptações Curriculares para Alunos Surdos. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, v. 1, p. 01-17, 2015.

IV UNIDADE TEMÁTICA

Ergonomia e Educação Inclusiva

Nesta unidade, iremos socializar as diversas possibilidades de formações/ organização de sala de aula inclusiva na estrutura presencial e virtual.



1º MOMENTO

Escola: o espaço inclusivo

Orientação: O formador deverá andar pela sala, que deverá estar organizada em fileira, enquanto apresentar. Deixar observarem como cansa ficar realizando movimento com a cabeça várias vezes.

A Escola inclusiva é aquela que, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades, deve garantir a qualidade de ensino educacional a todos os seus alunos.

Para que isto se torne realidade, a escola precisa estar organizada a fim de alcançar a todos os seus alunos independentemente da etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou quaisquer outras situações. Dentro desta escola, o ensino deve ser significativo com o objetivo de garantir o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimentos como recursos a serem mobilizados para seu desenvolvimento educacional (ARANHA, 2004).

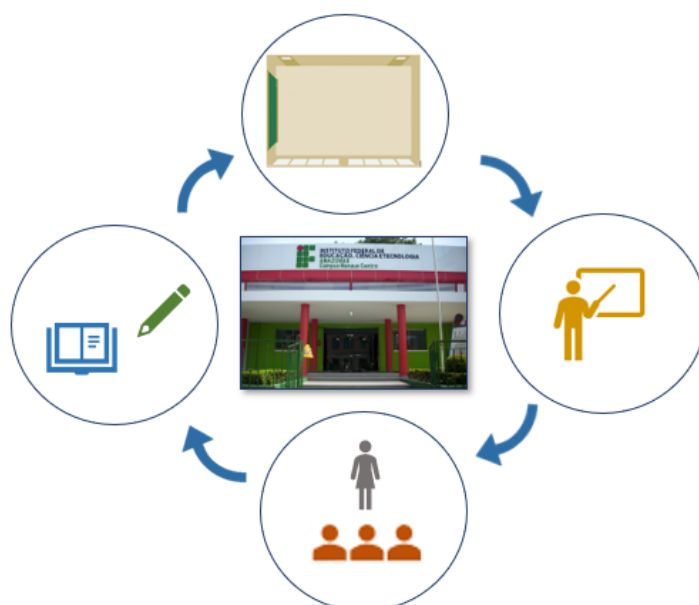
Dentro de uma escola, a sala de aula pode ser considerada como um espaço privilegiado, pois nesta estão presentes os principais atores de um cenário da interação: alunos e professores. No caso de uma sala inclusiva, com a presença do aluno surdo, haverá também mais um ator, que é o intérprete de Libras.

A sala de aula, enquanto ambiente de trabalho, é um espaço físico de uso coletivo em atividades desenvolvidas com participação e interação, com relações sociais. Ali existe a troca do saber no uso de dinâmica-pedagógica em atividades em grupo, trabalho individual e/ou colaborativo, como por exemplo, debates ou roda de conversa, entre outros.

As transformações são pontuadas nos estudos de Dias et al. (2015, p.1). Estes observam haver a necessidade de ajustes sobre as questões ergonômicas de sala de aula, quando “[...] não está suficientemente adequada”, conforme as normas da “Associação Brasileira de Normas Técnicas, normas regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego e normas da Organização Internacional de Normalização”.

Compreende-se que a revisão do espaço e de sua organização são fatores ergonômicos de sala de aula que podem melhorar a produtividade no ensino e aprendizagem em ações escolares, contribuindo para o fortalecimento da escola inclusiva (figura 1).

Figura 1: Escola Inclusiva



Fonte: Adaptação de imagem, a autora.

A Ergonomia de sala de aula

Orientação: O formador deverá perguntar ao participante sobre qual organização de sala ele costuma utilizar.

Com base na comunicação visual e no desenho de sala de aula, Martins (2012, p.3664-3665) citam alguns detalhes que facilitam a aprendizagem dos usuários surdos e podem melhorar a qualidade desse processo. Estes se encontram organizados abaixo.

Quadro 1: Contribuições para o desenho de sala de aula

Detalhes no desenho de sala de aula: Luz solar e iluminação artificial.

Pontos que facilitam e melhoram a vida do surdo: A luz natural é preferível e deve ser fornecida de maneira uniforme, sem incidência direta da luz do sol. Ao usar iluminação artificial, devem estar presentes dispositivos anti-ofuscantes.

Detalhes no desenho de sala de aula: Acústica.

Pontos que facilitam e melhoram a vida do surdo: A escolha de materiais de revestimento que não causem muita absorção sonora e prejudiquem a audibilidade no ambiente deve ser observada. Além disso, deve-se evitar superfícies reflexivas côncavas que concentrem ou focalizem a energia sonora e causem múltiplos ecos, bem como superfícies duras, polidas e paralelas, levando ao fenômeno de múltiplas reflexões.

Fonte: Martins (2012), adaptado pelas autoras.

Quadro 1: Contribuições para o desenho de sala de aula (continuação)

Detalhes no desenho de sala de aula: Acessibilidade.

Pontos que facilitam e melhoram a vida do surdo: Um ambiente adequado é uma necessidade básica aos alunos.

Detalhes no desenho de sala de aula: Visualização de detecção.

Pontos que facilitam e melhoram a vida do surdo: Estando em sala de aula, verifica-se haver uma constante comunicação dentro e fora daquele espaço. Essas comunicações podem ser feitas através do visor de vidro nas portas para impedir o conflito entre as pessoas. O uso de espelhos nos cantos das paredes ajuda a ver na direção oposta em um corredor ou dentro de sala de aula.

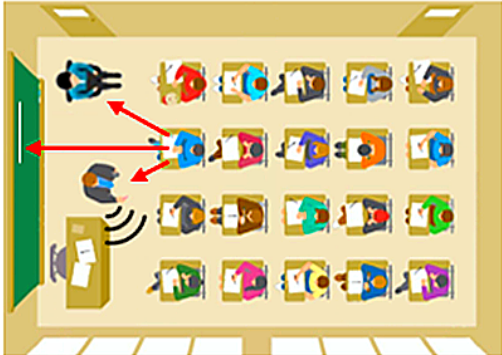
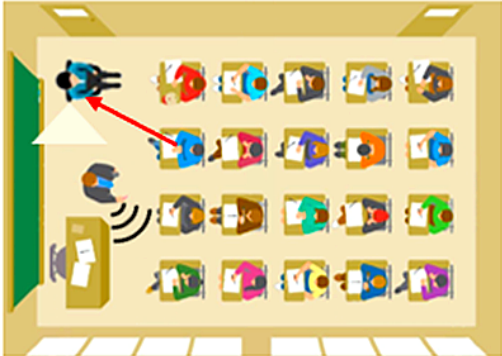
Detalhes no desenho de sala de aula: Layout da sala de aula.

Pontos que facilitam e melhoram a vida do surdo: A arrumação da sala de aula deve considerar o fluxo de seus usuários, ao executarem as tarefas, permitindo-lhes trabalhar de forma eficiente e satisfatória. A colocação de móveis na sala de aula, por exemplo, não deve ser por acaso. A distribuição “pensada” fornece segurança, porque os seres humanos precisam de precisão, regularidade, padronização e racionalização

Fonte: Martins (2012), adaptado pelas autoras.

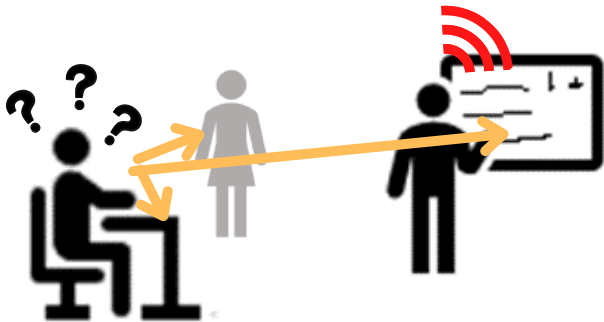
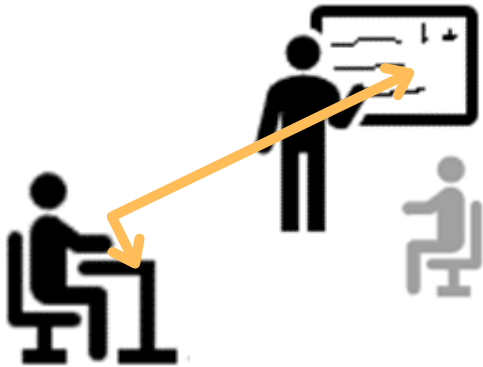
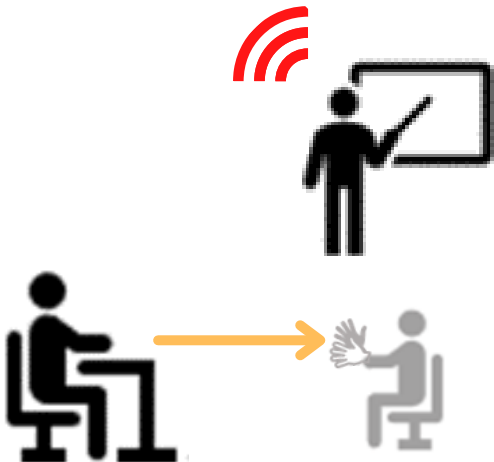
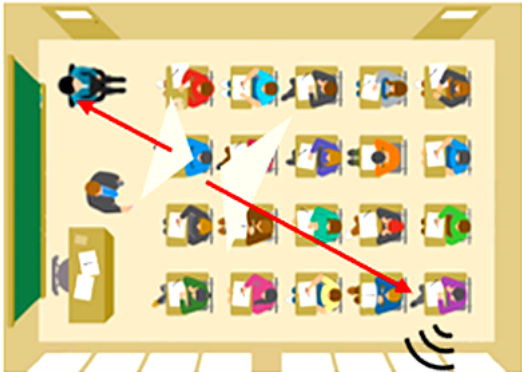
Os detalhes listados podem contribuir com o espaço ergonômico de salas inclusivas. A ergonomia sinaliza um avanço que pode promover um ambiente mais acessível, já que, valorizando o posicionamento do professor e do tradutor/intérprete, colabora de forma satisfatória com a participação dos alunos surdos. A seguir, com base nos princípios da ergonomia, trazemos o quadro 2, em que pontuamos a partir de situações do dia a dia, possíveis respostas

Quadro 2: Contribuições para o desenho de sala de aula

DESAFIOS	POSSIBILIDADES
	
	
	

Fonte: As autoras.

Quadro 2: Contribuições para o desenho de sala de aula (continuação)

DESAFIOS	POSSIBILIDADES
	
	
	

Fonte: As autoras.

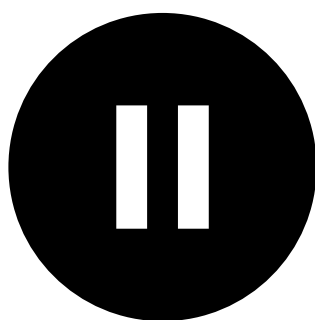
A ergonomia do espaço é um fator que pode contribuir com o processo educacional dos alunos surdos. Neves e Neves (2019, p.15) afirmam que, em

[...] pessoas com deficiência auditiva, o aspecto perceptivo se torna ainda mais relevante, visto que a falta da audição traz consigo a necessidade de uma atenção redobrada com a percepção visual dos acontecimentos no seu círculo de presença visual e nos aspectos de organização do espaço físico.

Os surdos têm necessidades da observação, já que é por meio do olhar que eles recebem a maior parte das informações no ambiente, ou seja, conteúdos ministrados, trabalhos apresentados, informações e/ou orientações escolares (didáticas-pedagógicas), debates, rodas de conversas, entre outros, passam por sua percepção.

INTERVALO

Pausa de 10 minutos!





2º MOMENTO

Orientação: Perguntar ao participante: Antes do curso, o que você compreendia como acessibilidade para alunos surdos?

Aspectos de acessibilidade

As escolas são provedoras de ações de acessibilidade. Isto significa que a necessidade de adaptações seja pedagógica, arquitetônica, entre outras, ou por meio de ações que visem questões atitudinais e comunicacionais, devem ser pontuadas por elas, mediante as necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, considerando-se os ritmos de aprendizagem de cada um para que haja a garantia da educação para todos (GAUDIOT, 2010).

Para isto, a sala de aula precisa ser projetada de forma que sua estrutura responda às necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, tudo deve ser observado, como por exemplo, a iluminação de um espaço que precisa servir como ambiente de apoio às atividades pedagógicas inclusivas.

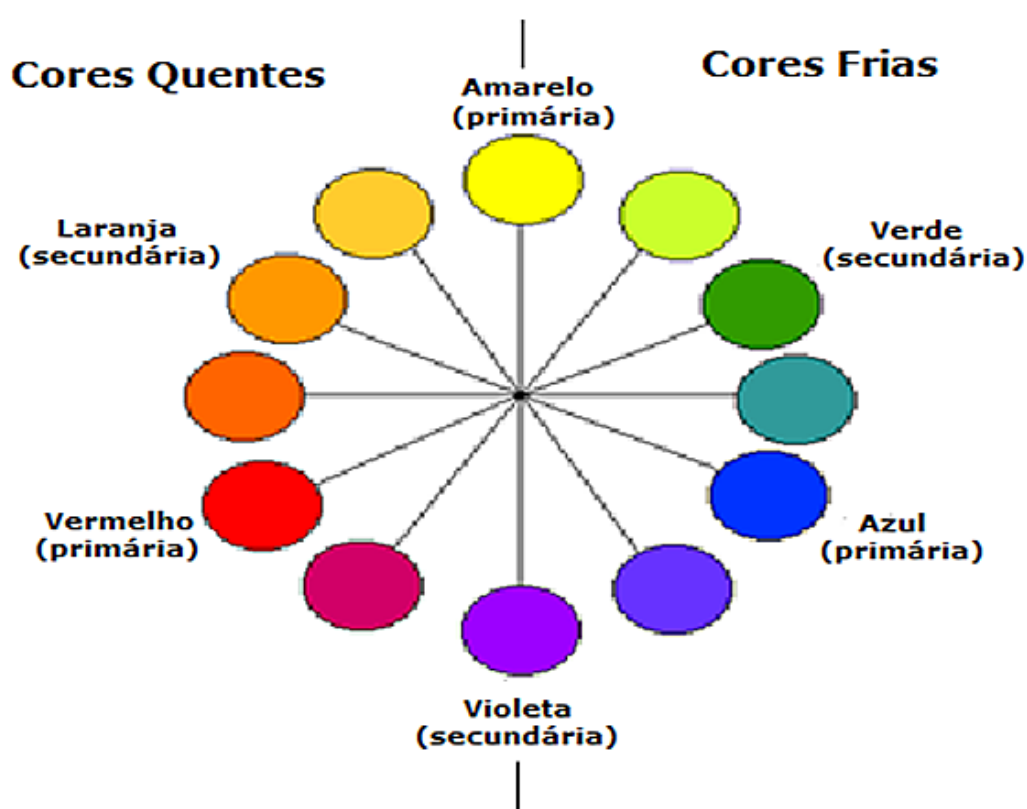
Segundo Tavares (2000, p.39),

[...] O ser humano precisa de uma iluminação adequada, que se constitui num dos principais itens para o trabalho ser realizado de forma eficiente e contribui para o conforto do homem. Neste sentido, a percepção visual está diretamente relacionada com a iluminação (qualitativa e quantitativa).

Deste modo, as cores podem ser utilizadas de forma mais funcional, atribuindo valores positivos ao processo de ensino e aprendizagem, evitando o cansaço visual e trazendo mais conforto ao aluno; isso refletirá em concentração nos estudos (GAUDIOT, 2010).

As cores vão além do valor estético, por isso precisam ser trabalhadas, respeitando-se a faixa etária dos alunos, ou seja, cores fortes e brilhantes para crianças pequenas, já para os maiores, cores frias (figura 2).

Figura 2: Cores quentes e frias



Fonte: <https://artes789.files.wordpress.com/2008/10/circulo-cromatico.gif>.

Para Gaudiot (2010), sendo o aluno surdo um sujeito visual, as cores são suas aliadas no processo comunicacional e, por isso, acabam por colaborar com o surdo no espaço escolar. As funções de informação e sinalização, por exemplo, contribuem com a aprendizagem e a locomoção do aluno. Porém, conforme Neves e Neves (2019), a iluminação e o ruído, assim como as vibrações etc, precisam ser avaliados com cuidado, pois dependendo da situação podem se tornar inadequados.

Fransolin et al. (2016, p.04), sobre o tema iluminação e cor, assim discorrem:

Tais como brilho, padrões de sombra e luz de fundo interrompem a comunicação visual e contribuem para a fadiga ocular, a perda de concentração e a exaustão física. A iluminação artificial adequada e elementos arquitetônicos para controlar a luminosidade do dia são soluções importantes para obter uma luz suave e difusa de acordo com as necessidades dos surdos. A cor pode ser usada para contrastar os tons de pele e realçar a linguagem de sinais.

Tais apontamentos são relevantes para a acessibilidade da pessoa surda. Uma dinâmica arquitetônica que visa a necessidade dos alunos surdos, de modo a valorizar a relação do surdo com o ambiente, tende a promover a participação e a interação deste público no espaço inclusivo.



Acessibilidade e suas possibilidades

Fransolin et al (2016), em seu estudo sobre a acessibilidade para pessoas surdas, observaram que, quando estas se reúnem, frequentemente, reorganizam o mobiliário em um círculo de conversa a fim de permitir que todos tenham uma visão clara dos participantes, além de ajustarem as persianas e a iluminação para otimizar a comunicação visual e reduzir a fadiga ocular (figura 3). Tais “escolhas”, feitas por eles, têm como objetivo melhorar a integração e sua comunicação.

Figura 3: Iluminação e organização



Fonte: Lida
(1990 Apud TAVARES, 2000, p.41).



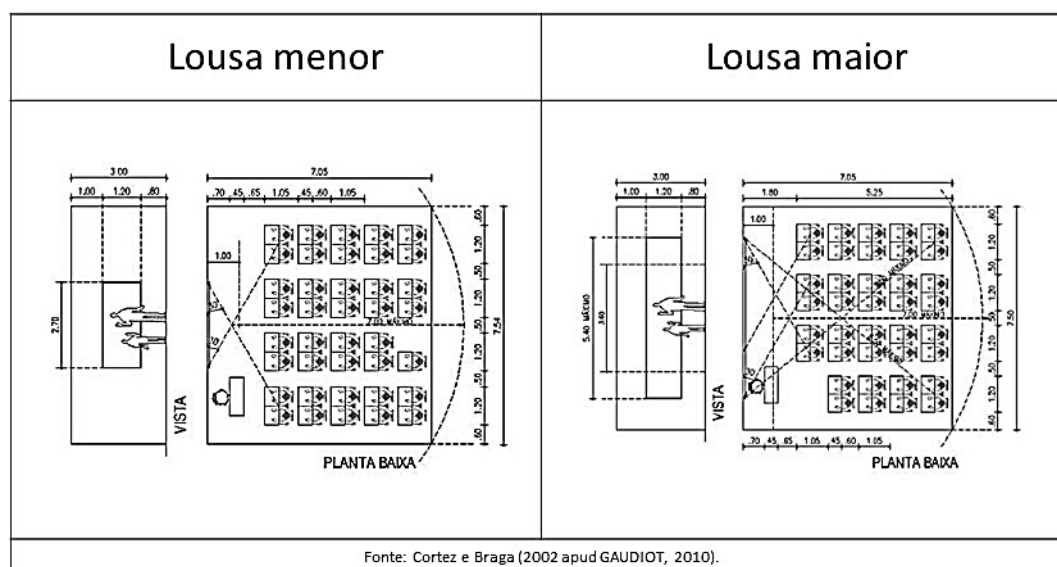
Fonte: Adaptação de imagem,
as autoras.

Os referidos autores observaram que existem vários estudos no Brasil sobre a questão do aprendizado cognitivo da pessoa com deficiência auditiva, principalmente na área da pedagogia, mas ainda existem poucos estudos que discutem o espaço físico arquitetônico para este público, o que também tem impacto pedagógico.

Neves e Neves (2019) também observaram a necessidade de estudos mais aprofundados sobre as especificidades desse grupo social para que possam participar de espaços acessíveis e inclusivos.

No que se refere à arquitetura dos prédios escolares, Gaudiot (2010), afirma que os edifícios escolares disponíveis não vêm correspondendo às expectativas inclusivas. Ela afirma que “o que tem visto são erros frequentes de localização, projeção, construção e mobiliário” (2010, p.84 e p.85). O simples cuidado com a escolha de um quadro branco maior (figura 4), em consonância com área da sala, poderá implicar melhor acessibilidade para quem somente usa a visão para aprender.

Figura 4: Comparação entre lousas



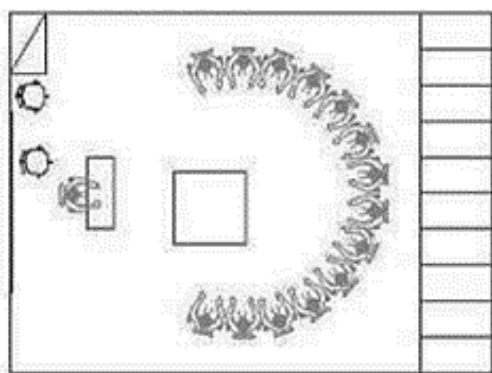
Fonte: Cortez e Braga (2002 apud GAUDIOT, 2010).

A autora também destaca que as escolas, além de se localizarem em áreas comprometidas por barulho, não têm espaço de circulação adequado. Também afirma que a iluminação ruim e ventilação comprometida são situações comuns encontradas na sala de aula (GAUDIOT, 2010, p.84 e p.85).

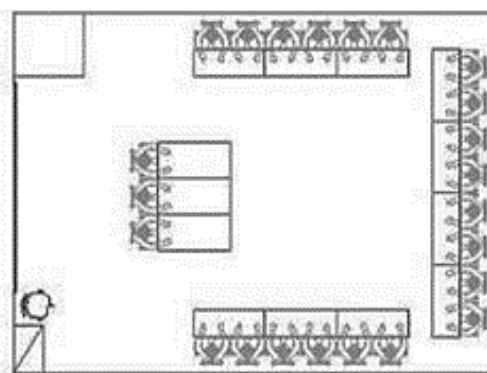
Tais situações, no seu entendimento, prejudicam as várias possibilidades de organização da sala de aula, conforme figura 5.

Figura 5: Planta com diversos layouts

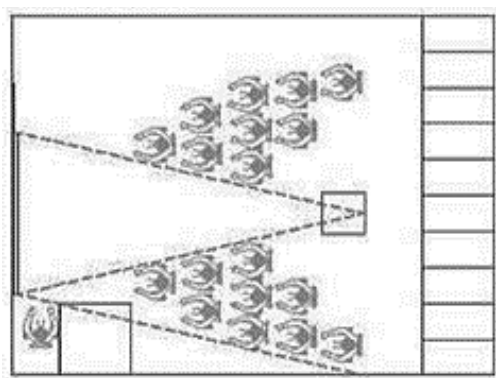
Aula expositiva



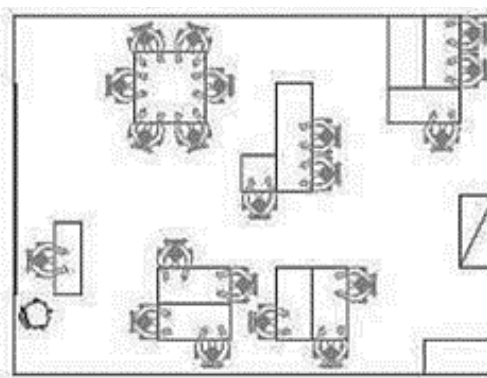
Assembléia



Projeções



Pequenos grupos



Fonte: Cortez e Braga (2002 apud GAUDIOT, 2010).

Dependendo da localização do aluno surdo na sala de aula, ele poderá ser prejudicado. É uma questão delicada, pois se sentar atrás não terá uma boa visualização do professor e nem do intérprete de libras e se sentar à frente corre o risco de perder as discussões que ocorrem em sala de aula e que enriquecem o processo de ensino-aprendizagem.



3º MOMENTO

A Ergonomia e o espaço acessível

Orientação: Instigar o participante a refletir sobre a ergonomia, propondo a perguntar: Você sabia que a organização de sala pode ser um ponto relevante na acessibilidade?

Gaudiot (2010, p.97) diz que salas organizadas em círculo ou U (figura 6) permitem de forma mais eficiente o comunicar-se visualmente em relação à organização tradicional, feita em fileiras.

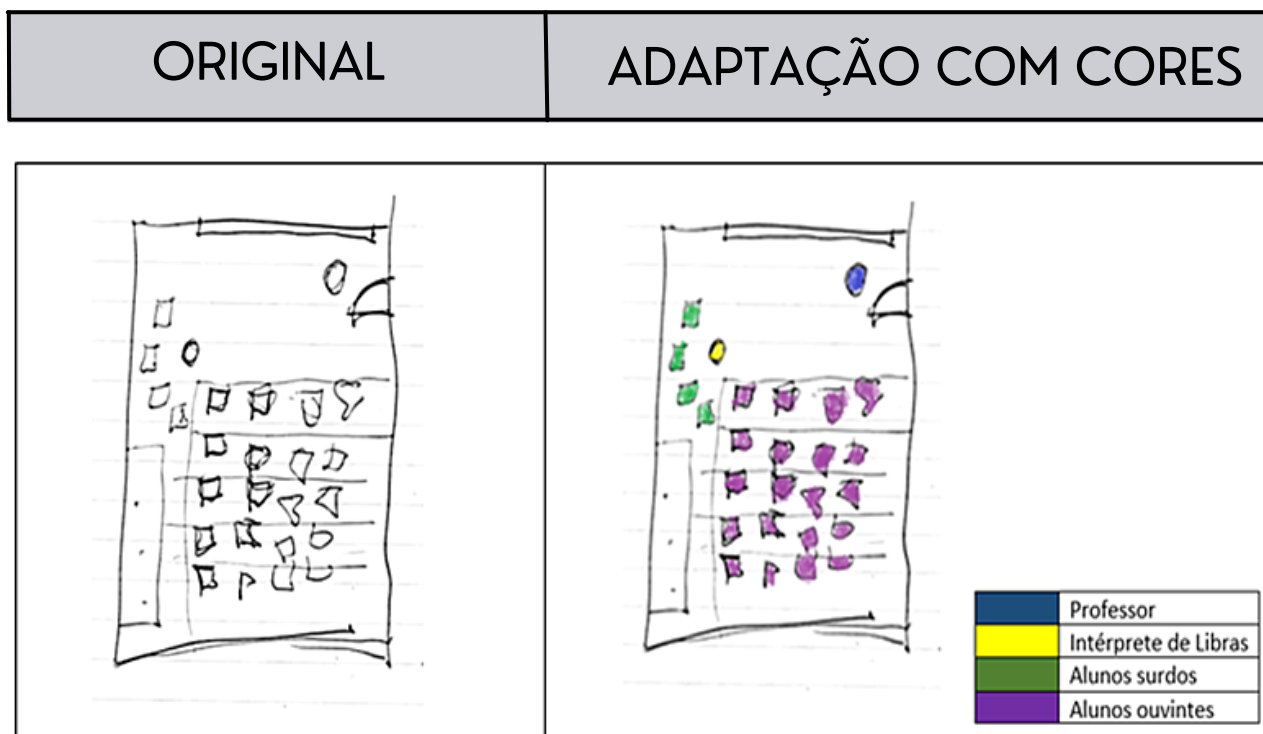
Figura 6: Salas organizadas em "U" e na forma tradicional



Fonte: Cortez e Braga (2002 apud GAUDIOT, 2010), adaptação da imagem realizada pelas autoras.

Gaudiot (2010) apresenta, entre os dados coletados em sua pesquisa, o desenho de um dos sujeitos participantes de sua pesquisa, um esboço de como seria uma sala de aula adequada para sala inclusiva com aluno surdo. O desenho revela uma nova organização (figura 7), em que os alunos surdos estão separados dos demais alunos, localizados longe da porta e com uma boa visualização do intérprete de libras.

Figura 7 - Layout de sala de aula feito por uma arquiteta formada



Fonte: Gaudiot (2010). Adaptação da imagem realizada pelas autoras.

Conforme Gaudiot (2010, p.158),

[...] Este desenho mostra uma análise não só física, mas, sobretudo, psicológica da visão do aluno surdo sobre a sala de aula. O posicionamento dos alunos surdos e ouvintes no desenho, assim como do professor e do intérprete mostra, de certa forma, a necessidade de isolamento do surdo diante do grupo de estudantes em uma sala de aula inclusiva e sua dependência do intérprete.

Adaptações com essas, propostas no âmbito da ergonomia, além de promoverem acessibilidade no contexto da comunicação visuoespacial, também dão ao aluno acesso ao currículo escolar, favorecendo a aprendizagem.

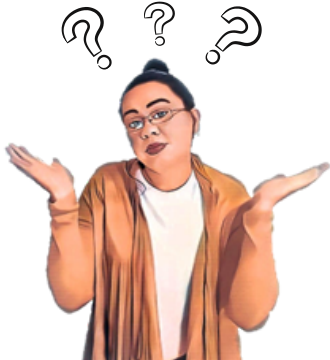


Acessibilidade ergonômica: organizando a sala inclusiva

Conforme Rodrigues (2020, p.92), “[...] Ministrar aulas para alunos surdos ainda se constitui um grande desafio para muitos professores que atuam na docência [...]”, apesar da colaboração do intérprete de libras que atua no espaço escolar e tem o compromisso de realizar a mediação da comunicação no processo de construção do conhecimento do aluno surdo.

Neste contexto, Silva (2016, p.698) diz que acaba ocorrendo uma confusão ao se tentar compreender o real papel do intérprete, pois “[...] ocorre uma transferência da responsabilidade de ensinar ao aluno surdo para o intérprete de Libras, [...]”, quando na verdade, esses papéis não deveriam ser confundidos (figura 8).

Figura 8: Competências do Professor e do Tradutor-intérprete

PROFESSOR (A)	INTÉRPRETE
	
Ensina os conteúdos, apresenta as atividades e incentiva a pesquisa.	Realiza a mediação da fala do professor ao aluno e deste ao professor.

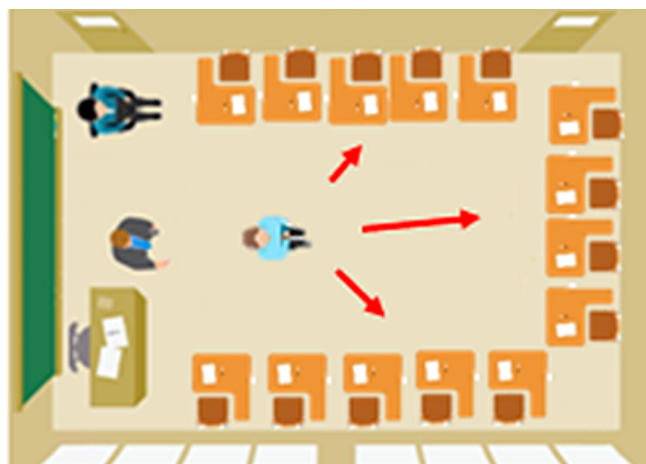
Fonte: Adaptação de imagens, as autoras.

Faz necessário construir um espaço favorável com práticas pedagógicas, com base em uma proposta de didática visual, cujo parâmetros sirvam “[...] como norteadores design de uma sala de aula oferecendo os padrões ergonômicos aceitáveis a todos os estudantes, surdo ou não” (GAUDIOT, 2010, p.6).

Organização de sala de aula

A comunicação e a aprendizagem do aluno surdo ocorrem por meio visual; logo, os estímulos adequados podem colaborar com a concentração, por isso oportunize a ele a escolha do seu lugar em sala (figura 9). Somente ele poderá indicar considerar para sua aprendizagem a luminosidade da sala, a visualização do TILS, o melhor posicionamento para visualização dos materiais/conteúdo e para a comunicação visual do professor.

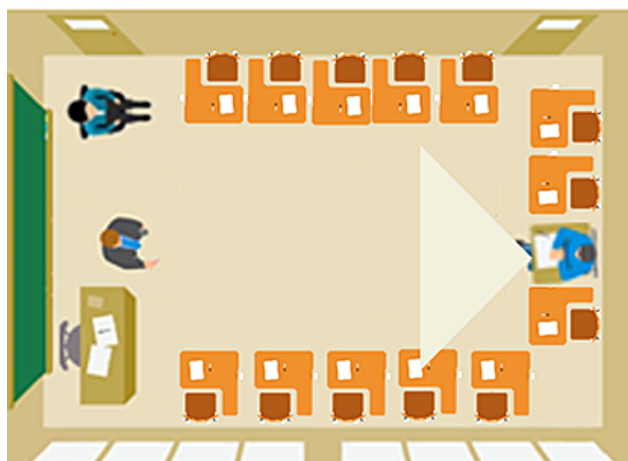
Figura 9: Dar oportunidade de escolha



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Após o aluno surdo informar seu melhor posicionamento em sala de aula, o TILS irá se organizar (figura 10). É importante informar aos alunos ouvintes que o local do profissional e alunos surdos precisam ser preservados durante todo ano letivo.

Figura 10: Posicionamento do TILS



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Gaudiot (2010, p.15) acredita

[...] que a acessibilidade e o ambiente construído da sala de aula são essenciais para o aprendizado do aluno surdo independentemente de seu nível de surdez e de suas experiências vividas. O mundo dos surdos não é o da audição, mas o da visão. O aluno surdo é um sujeito visual com habilidades cognitivas concretas [...].

Os alunos surdos ou ouvintes têm o direito ao acesso à informação, sem ruídos e sem falhas. A informação deverá chegar de forma direta e clara. Foi nesta perspectiva que buscamos apresentar uma proposta de organização dentro da ergonomia com acessibilidade (figura 11), um espaço que compreende e valoriza a “cultura surda” e responde às necessidades visuais de todos os usuários.

Figura 11: Sala de aula na perspectiva do aluno surdo da pesquisa



Fonte: Adaptação de imagem, as autoras.

Falar de organização de sala de aula é somar ao processo de adaptação curricular, pois os saberes do professor são adquiridos em experiências profissionais e durante a trajetória de formação, ou seja, são práticas pedagógicas de sala de aula regular ou inclusiva (Noronha, 2018, p.2). No contexto das adequações curriculares, essa organização, de competência do professor, deve ocorrer a curto prazo, mas de forma planejada, de modo a considerar todos os agentes e sujeitos escolares.

O espaço de sala de aula precisa ser acolhedor, de modo que recepcione as questões afetivas entre alunos e professores, permitindo a interação e a participação de todos dentro de um ambiente confortável. Composta por um layout adequado em um espaço seguro e visualmente limpo, equipada por materiais bem localizados, a organização da sala acessível deve favorecer o deslocamento e a troca de informação desses sujeitos, nas suas diferenças.

A sala de aula inclusiva, compreendida sob o prisma da organização com acessibilidade, passa, como pontuamos em outro momento, pelo ato de identificar e reconhecer as diferenças, dentro do campo linguístico e cultural dos sujeitos surdos e ouvintes, pois, o que pretendemos é que o atendimento da especificidade de um também seja extensivo a outro. E isto significa atender a todos, juntos, e ao mesmo tempo.

Para nós, é assim que se faz inclusão!



DINÂMICA

Organização

A atividade deve envolver todos e deve ser feita em duas rodadas. Na primeira, organizar a sala em fileira e escolher três pessoas para realizar os comandos. Na segunda rodada, organizar a sala em semicírculo e escolher duas pessoas para realizar os comandos.

Descrição:

RODADA 1: Três pessoas receberão um bilhete cada, com os comandos. Os demais se manterão em seus locais, apertando uma bolinha que será entregue pelo formador.

Observação: Os três participantes irão abrir os bilhetes, ao sinal do formador e, se possível, todos, ao mesmo tempo, realizarão os comandos.

1º Comando: Ao sinal do formador, pergunte em voz alta: Alguém me empresta uma caneta?

2º Comando: Ao sinal do formador, pergunte em voz alta: Quantas pessoas estão na sala?

3º Comando: Ao sinal do formador, pergunte em voz alta: Qual sua cor preferida?

RODADA 2: Duas pessoas receberão um bilhete cada, com os comandos. Os demais se manterão em seus locais, apertando uma bolinha que será entregue pelo formador.

1º Comando: Pergunte em voz alta: Alguém me empresta uma borracha?

2º Comando: Pergunte em voz alta: Quem gostou do curso?

DIÁLOGO

Quem conseguiu dar atenção a todos os comandos? Com qual organização de sala você se sentiu mais confortável visualmente? Quais foram seus desafios?



4º MOMENTO

AVALIAÇÃO

Vamos para nossa avaliação?

Contamos com sua participação!

Suas respostas podem fazer toda diferença para os ajustes necessários ao curso. Com base no seu ponto de vista, será possível mensurar o nível de satisfação dos participantes.

A avaliação tem por objetivo apresentar o retorno do desenvolvimento e análise dos encontros. Ela será a base de verificação sobre as expectativas em relação ao seu aprendizado e as contribuições desse material para sua formação.

AVALIAÇÃO IV UNIDADE TEMÁTICA										
MÉTODO										
Conteúdo abordado										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Domínio do assunto										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Comunicação oral e visual										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CONTEÚDO										
Apresentação do material										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qualidade do material										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Clareza na exposição										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
IMPACTO										
Criatividade e adequação										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Conceitos, esclarecimentos e entendimento do participante										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Resultados alcançados										
Ruim		Regular		Indiferente			Bom		Ótimo	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

ANOTAÇÕES



TAREFAS A FAZER	TAREFAS CONCLUÍDAS	TAREFAS PENDENTES
	○ ○ ○ ○	○ ○ ○ ○

[illegible]

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**: a fundamentação filosófica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v. 1, 2004.

DIAS, Eduardo Brasileiro et al. **Influência dos Aspectos Ergonômicos de Sala de Aula na Atividade de Ensino-Aprendizagem**: o caso de uma escola de ensino fundamental e médio da cidade de Petrolina/PE/Brasil. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de produção, 2015. Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_209_238_27016.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GAUDIOT, Denise Maria Simões Freire. **Sala de aula para surdos**: recomendações ergonômicas. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Design, 2010.

FRANSOLIN, Liorne Cristina et al. O jogo da arquitetura: discutindo a acessibilidade para surdos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO/SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE INTEGRAL, 6 e 7., 2016, Recife. **Anais...** Recife: ENEAC, 2016. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/designproceedings/eneac2016/ACE06-4.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

MARTINS, Laura Bezerra; GAUDIOT, Denise Mariasimões Freire. **The deaf and the classroom design**: a contribution of the built environmental ergonomics for the acessibility. 2012. Work, 41(Supplement 1), 3663-3668. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22317280/>> Acesso em: 16 nov. 2019.

NEVES, Renata de Assunção; NEVES, Aline da Silva Oliveira. A importância da ergonomia do ambiente construído nos projetos arquitetônicos: o caso dos deficientes auditivos. In: LOMBARDI, Anna Paula. **Ergonomia e acessibilidade**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

NORONHA, Lilian Freire. **Formação Continuada de Professores do Ensino Médio para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2018.

RODRIGUES, Suelem Maquiné. **Professores de língua portuguesa e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM/CMC**: considerações acerca do processo inclusivo. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2020.

SILVA, Keli Simões Xavier; OLIVEIRA, Ivone Martins de. O Trabalho do Intérprete de Libras na Escola: um estudo de caso. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 3, p. 695-712, 2016.

TAVARES, Cláudia Régia Gomes. **A Ergonomia e suas Contribuições para o Processo de Ensino-Aprendizagem**: uma análise das salas de aula do CEFET/RN. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas



PPGET
Programa de Pós-Graduação
em Ensino Tecnológico